

Nº 548 • ANO XLIX
FEVEREIRO 2020 MENSAL • €1,50

Revista da **ARMADA**

CIRCUM-NAVEGAÇÃO 2020

NRP SAGRES

EXERCÍCIO *DYNAMIC*
MARINER/FLOTEX 2019

POLÍCIA MARÍTIMA
100 ANOS

D. DINIS

PERISCÓPIO

Em 11 de novembro, no âmbito das atividades da Liga dos Combatentes, realizaram-se as comemorações do 101º aniversário do Armistício da Grande Guerra, 98º aniversário da Fundação da Liga dos Combatentes e 45º aniversário do Fim da Guerra do Ultramar em cerimónia presidida pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Almirante Silva Ribeiro.



SUMÁRIO

- 02** Periscópio

- 04** Strategia (54)

- 06** NRP *Sagres* – Viagem de Circum-Navegação 2020

- 12** NRP *D. Francisco de Almeida* – 2ª Parte

- 16** O Poder Naval Japonês

- 22** *HACKING* – Onde o génio choca com a criminalidade

- 24** *Operational Sea Training (OST)*

- 25** Academia de Marinha

- 26** Unidade Politécnica Militar

- 27** Vigia da História (115)

- 28** Estórias (56)

- 29** Novas Histórias da Botica (83)

- 30** Saúde para Todos (72)

- 32** Desporto

- 33** Quarto de Folga

- 34** Notícias Pessoais / Convívios / Avisos

- 35** Concurso de Fotografia

- CC** Naus de Pedra em Lisboa

POLÍCIA MARÍTIMA – 100 ANOS COMEMORAÇÕES **9**



14 EXERCÍCIO *DYNAMIC MARINER/FLOTEX 2019*



D. DINIS **18**



Capa

Perspetiva da *Sagres* a partir do mastro da mezena.
Foto CAB M Pedro Rodrigo



Revista da
ARMADA

Publicação Oficial da Marinha
Periodicidade mensal
Nº 548 / Ano XLIX
Fevereiro 2020

Revista anotada na ERC
Depósito Legal nº 55737/92
ISSN 0870-9343

Propriedade
Marinha Portuguesa
NIPC 600012662

Diretor
CALM Aníbal José Ramos Borges

Chefe de Redação
CMG Joaquim Manuel de S. Vaz Ferreira

Redatora
CTEN TSN-COM Ana Alexandra G. de Brito

Secretário de Redação
SMOR L Mário Jorge Almeida de Carvalho

Desenho Gráfico
ASS TEC DES Aida Cristina M.P. Faria

Administração, Redação e Edição
Revista da Armada – Edifício das Instalações
Centrais da Marinha – Rua do Arsenal
1149-001 Lisboa – Portugal
Telef: 21 159 32 54

Estatuto Editorial
[www.marinha.pt/pt/Servicos/Paginas/
revista-armada.aspx](http://www.marinha.pt/pt/Servicos/Paginas/revista-armada.aspx)

E-mail da Revista da Armada
revista.armada@marinha.pt
ra.sec@marinha.pt

Paginação eletrónica e produção
Página Ímpar, Lda.
Estrada de Benfica, 317 - 1 Fte
1500-074 Lisboa

Tiragem média mensal:
3800 exemplares

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE EUROPEIA DE SEGURANÇA E DEFESA

Após a segunda Guerra Mundial, a Europa assistiu à criação de várias organizações estruturantes que visavam, genericamente, intensificar os laços de coesão entre os Estados, fortalecer as suas economias enfraquecidas pelo esforço de guerra e assegurar uma paz duradoura na Europa Ocidental, tendo em conta a ameaça soviética.

Algumas dessas organizações privilegiavam a cooperação numa vertente política, outras optavam pela vertente económica e outras ainda pela militar. Nesta última vertente, realça-se o Tratado de Bruxelas, assinado em 1948, que veio a dar lugar, em 1954, à União da Europa Ocidental (UEO). Importa referir que o dilema de segurança na Europa era bastante amenizado pelo comprometimento político e militar, de longo prazo, dos Estados Unidos da América (EUA) na Europa, o que terá contribuído para a diluição dos objetivos do Tratado de Bruxelas no âmbito mais vasto da Aliança Atlântica, criada em 1949. Assim, não é surpreendente que os projetos de integração mais bem-sucedidos na Europa do pós-guerra tenham incidido na vertente económica. Primeiro, com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), em 1951, e, posteriormente, com a Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEA) e a Comunidade Económica Europeia (CEE), criadas em 1957, através do Tratado de Roma, por Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo, com o objetivo de estabelecer uma união aduaneira e um mercado comum.

Todavia, as discussões sobre o aprofundamento da segurança e defesa europeia foram uma constante no projeto europeu. Com efeito, para além da UEO, cabe destacar um conjunto de iniciativas, nomeadamente, a Cooperação Europeia de Defesa, rejeitada pela Assembleia Nacional Francesa, em agosto de 1954, ou o Plano Fouchet, proposto pelo Presidente Francês Charles de Gaulle e recusado pelos governos da Bélgica e da Holanda, em 1962, face à exclusão do Reino Unido deste projeto. Realça-se, ainda, a Cooperação Política Europeia, um mecanismo de cooperação na área da política externa e da defesa, criado a partir do final da década de 60, e a revisão dos tratados comunitários, através do Ato Único Europeu, assinado em 17 de fevereiro de 1986, que reforçou a integração nestas matérias.

Em 1992, a integração europeia aprofundou-se com a assinatura do Tratado de Maastricht, que rebatizou a CEE, instituindo a atual União Europeia (UE), e criou a Política Externa e de Segurança Comum (PESC), integrando a UEO no seu processo de desenvolvimento. No entanto, a UEO manteve a sua autonomia organizacional, constituindo-se como a componente de defesa do processo de construção europeia. É neste enquadramento que, numa reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros e de Ministros da Defesa dos Estados-Membros (EM) da UEO, em 1992, no Hotel Petersberg, perto de Bona, foi aprovada uma importante declaração sobre o



Assinatura do Tratado de Lisboa (13 de Dezembro de 2007).

emprego operacional da UEO. Foi a célebre Declaração de Petersberg, que advogava o emprego das unidades militares dos países da organização, nas seguintes missões:

- Missões humanitárias e de evacuação;
- Missões de manutenção da paz;
- Missões de forças de combate para a gestão das crises, incluindo operações de restabelecimento da paz.

Cinco anos mais tarde, em 1997, o Tratado de Amesterdão reforçou a integração da UEO na UE, com a primeira a funcionar cada vez mais como complemento militar dos mecanismos de integração económica e política da segunda.

Entretanto, a grave crise nos Balcãs, durante a década de 90, tinha demonstrado as vulnerabilidades da recém-criada PESC. Foi neste contexto que, em 4 de dezembro de 1998, na Cimeira Franco-Britânica de Saint Malo, o então Primeiro-Ministro Britânico Tony Blair e o então Presidente Francês Jacques Chirac acordaram que “a União deve ter capacidade para desenvolver ações autónomas, devendo para tal ser apoiada por forças militares credíveis, por meios que permitam decidir o uso dessas forças e a prontidão necessária para fazê-lo, de modo a responder às crises internacionais”. Esta iniciativa bilateral teve repercussões estratégicas profundas, pois constituiu a pedra angular da construção do vetor militar da UE.

Neste seguimento, em junho de 1999, após a campanha de 78 dias de bombardeamento do Kosovo – que evidenciou, mais uma vez, as enormes diferenças entre as capacidades militares dos EUA e dos países do Velho Continente – os líderes europeus, reunidos na cimeira de Colónia, criaram, no seio da PESC, a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), com o objetivo de reforçar a vertente militar da UE. Com isso, a UEO foi definitivamente subsumida, muito embora os seus acordos tenham permanecido em vigor até 31 de



Operação ALTHEA na Bósnia e Herzegovina.

março de 2010 e as suas atividades se tenham prolongado por mais 15 meses, até 30 de junho de 2011, data da sua extinção formal.

O ano de 1999 assistiria também ao primeiro passo concreto para dotar a UE de capacidades militares credíveis, com a aprovação, em dezembro, do “*Helsinki Headline Goal*”, que previa o levantamento até 2003 das capacidades necessárias à execução do espectro completo de missões de Petersberg, discriminadas num documento designado “catálogo de forças”.

Pouco depois, mais concretamente em dezembro de 2002, a UE sentiu também necessidade de formalizar a ligação da defesa europeia à NATO, através de uma declaração comum, intitulada “*NATO-EU Declaration on a European Security and Defence Policy*”, que viria a ter continuação nos “*Berlin Plus Arrangements*” (ou acordos de Berlim), de 2003, que permitem à UE o acesso às capacidades militares da NATO, em caso de necessidade – requerendo, contudo, a aprovação de todos os Aliados. Os acordos de Berlim viriam a revelar-se extremamente úteis para a UE em duas ocasiões: na operação CONCORDIA (na Antiga República Jugoslava da Macedónia), em 2003; e na operação ALTHEA (na Bósnia e Herzegovina), desde dezembro de 2004 até hoje, uma vez que esta operação ainda se mantém ativa.

Entretanto, a tensão diplomática entre os EUA e alguns EM da UE, como consequência da intervenção militar norte-americana no Iraque, iniciada em março de 2003, levou ao aumento do desejo de maior autonomia estratégica por parte da UE. Foi neste quadro que, em maio de 2004, se procedeu à revisão dos objetivos do “*Helsinki Headline Goal*”, dando origem ao “*Headline Goal 2010*”, que criou os *Battle Groups*, constituídos por batalhões (com cerca de 1500 efetivos), destinados a ser projetados em curto espaço de tempo até 6000 km de Bruxelas, bem como à Agência Europeia de Defesa (*European Defence Agency*, EDA, no acrónimo em língua inglesa), para apoiar o esforço de melhoria das capacidades de defesa no domínio da gestão de crises.

Não obstante, apesar do esforço de consolidação da segurança e defesa europeia, continuou a persistir um notório desequilíbrio entre as suas vertentes económica, política e militar. A UE procurou atenuar esse desequilíbrio no Tratado de Lisboa, assinado na nossa capital, em 13 de dezembro de 2007. Nessa ótica, entre as muitas alterações que promoveu, esse tratado aprofundou a integração na área da segurança e defesa, através de uma série de inovações, entre as quais importa salientar as seguintes:

- Alteração da designação da PESD para Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD);
- Criação do cargo de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança;
- Introdução de uma cláusula de *defesa mútua*;

- Ampliação do leque de missões;
- Reforço do papel da EDA; e
- Criação de uma Cooperação Estruturada Permanente no domínio da segurança e defesa.

A Cooperação Estruturada Permanente foi, provavelmente, a maior inovação nesta área, consistindo num mecanismo de flexibilidade, segundo o qual “os EM cujas capacidades militares preenchem critérios mais elevados e que tenham assumido compromissos mais vinculativos na matéria tendo em vista a realização das missões mais exigentes estabelecem uma Cooperação Estruturada Permanente” (Tratado da União Europeia, artigo 42.º, n.º 6). Esta disposição abriu caminho a que núcleos de EM estabelecessem compromissos mais fortes no domínio da segurança e defesa, passando a permitir políticas diferenciadas, nestas matérias. Dito de outra forma, foi a consagração da possibilidade da Europa avançar a várias velocidades na segurança e defesa, abrindo até a porta ao eventual estabelecimento de uma vanguarda constituída pelos países capazes de desempenhar as “missões mais exigentes”.

A constituição da Cooperação Estruturada Permanente implicava o compromisso dos EM em alcançarem um conjunto de objetivos, detalhados num Protocolo adicional ao Tratado da União Europeia, dos quais se ressaltam:

- Alcançar níveis acordados de despesas de investimento em equipamentos de defesa;
- Aproximar, na medida do possível, os seus instrumentos de defesa, harmonizando a identificação de necessidades militares e incentivando a cooperação nos domínios da formação e da logística;
- Reforçar a disponibilidade, a interoperabilidade, a flexibilidade e a capacidade de projeção de forças;
- Trabalhar de forma coordenada para mitigar as lacunas de capacidades militares; e
- Participar, se for caso disso, nos programas de grandes equipamentos da EDA.

De qualquer maneira, as disposições do Tratado de Lisboa sobre este assunto são bastante genéricas, pelo que implicavam importantes decisões a jusante, que acabaram por não surgir, devido à erupção da crise económica e financeira de 2008, que desviou a atenção da UE para outras matérias. Isso condicionou a implementação imediata da Cooperação Estruturada Permanente, que só viria a avançar definitivamente em 2017, conforme detalharemos no próximo mês.



Sardinha Monteiro
CMG

Rodrigues Pedra
CFR

NRP SAGRES

VIAGEM DE CIRCUM-NAVEGAÇÃO 2020

MISSÃO

O NRP *Sagres* irá realizar, de 5 janeiro de 2020 a 10 de janeiro de 2021, a sua 4ª viagem de circum-navegação que se insere nas Comemorações do V Centenário da primeira viagem de Circum-Navegação realizada por Magalhães-Elcano. O seu planeamento contempla:

- A presença em Tóquio, como «Casa de Portugal» durante o período inicial dos Jogos Olímpicos;
- A participação nas Comemorações dos 500 anos da Descoberta do Estreito de Magalhães em Punta Arenas, Chile, no período de 18 a 23 de outubro de 2020;
- A presença em cidades da Rede Mundial de Cidades Magalhânicas;
- A presença junto da Diáspora Portuguesa.

PLANEAMENTO DA VIAGEM

CHEGADA	PORTO	PAÍS
–	LISBOA	PORTUGAL
10-JAN-2020	TENERIFE	ESPANHA
19-JAN-2020	PRAIA	CABO-VERDE
10-FEV-2020	RIO DE JANEIRO	BRASIL
23-FEV-2020	MONTEVIDEO	URUGUAI
28-FEV-2020	BUENOS AIRES	ARGENTINA
27-MAR-2020	CIDADE DO CABO	ÁFRICA DO SUL
09-ABR-2020	MAPUTO	MOÇAMBIQUE
24-ABR-2020	PORT LOUIS	MAURÍCIAS
20-MAI-2020	SINGAPURA	SINGAPURA
29-MAI-2020	JACARTA	INDONÉSIA
09-JUN-2020	DILI	TIMOR-LESTE
17-JUN-2020	TERNATE/TIDORE	INDONÉSIA
24-JUN-2020	CEBU	FILIPINAS
07-JUL-2020	SHANGHAI	CHINA
18-JUL-2020	TÓQUIO	JAPÃO
22-AGO-2020	HONOLULU	EUA
13-SET-2020	PAPEETE (TAITI)	FRANÇA
18-OUT-2020	PUNTA ARENAS	CHILE
04-NOV-2020	VALPARAÍSO	CHILE
19-NOV-2020	CALLAO	PERÚ
05-DEZ-2020	CARTAGENA DAS ÍNDIAS	COLÔMBIA
30-DEZ-2020	PONTA DELGADA	PORTUGAL
10-JAN-2021	LISBOA	PORTUGAL



Entrega da Bandeira Olímpica ao Comandante do NRP Sagres.



Foto SAJ ETC Silva Parracho

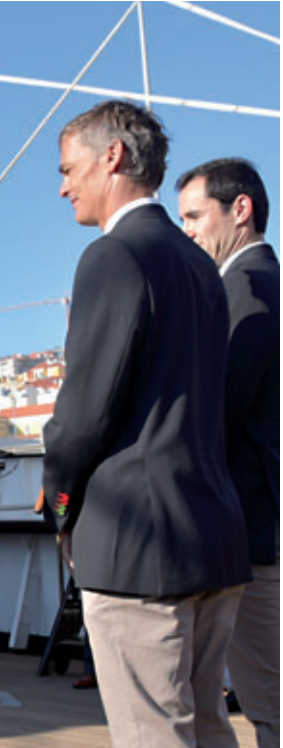
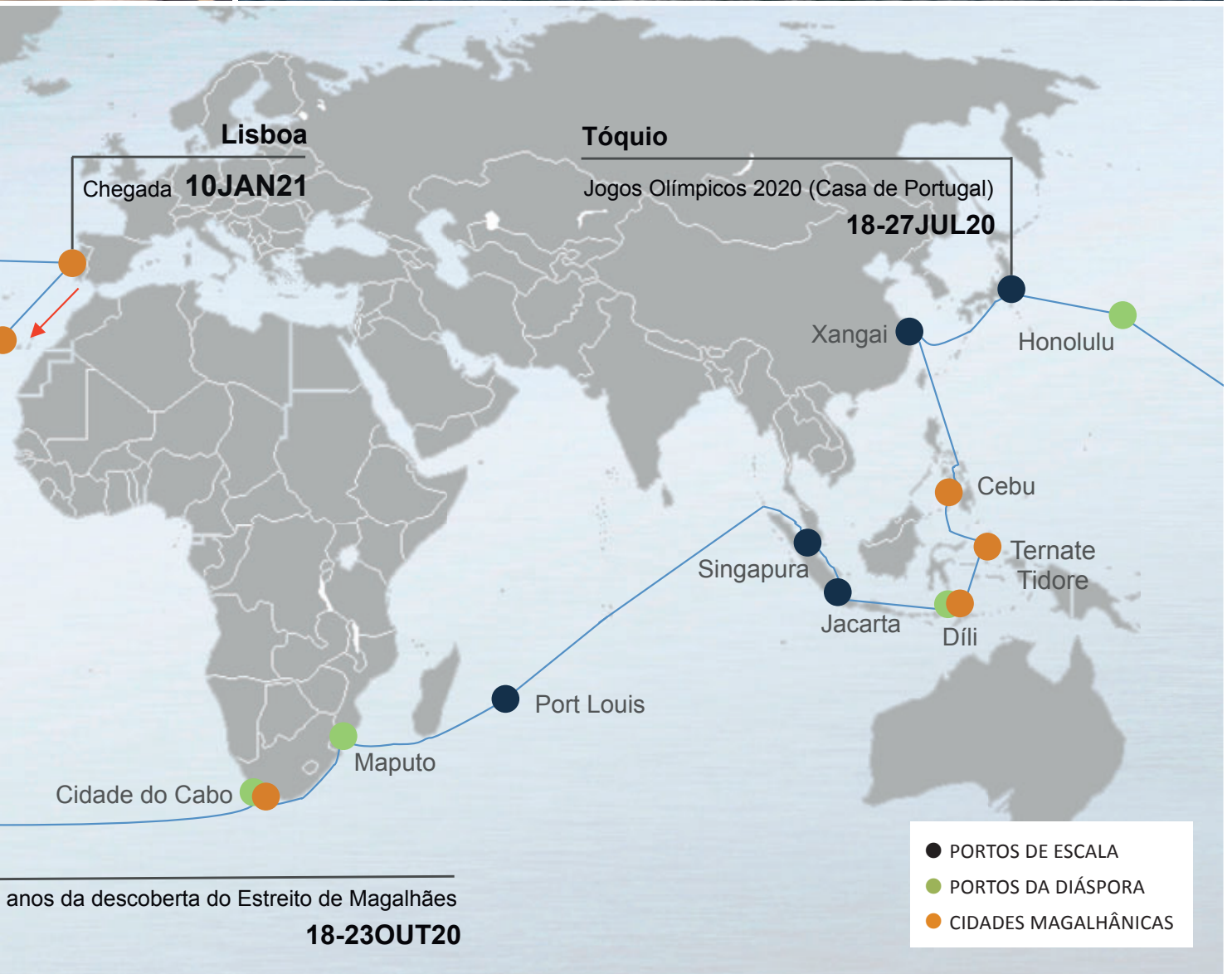


Foto SAJ A Ferreira Dias



Partida de Lisboa a 5 de janeiro de 2020.



PARTIDA

Após uma longa fase de fabricos e preparativos, que incluiu uma docagem de mais de nove meses nos estaleiros navais da Rocha de Conde d'Óbidos, eis chegado o dia 5 de janeiro de 2020, o momento do último abraço e aconchego dos 142 militares do NRP *Sagres* para com os seus familiares e amigos. Agora, só daqui a 371 dias, a 10 de janeiro de 2021, é que poderão matar as saudades que já são demasiadas. Todos vieram prestar uma última homenagem a quem estará fora ao serviço da Marinha e de Portugal durante mais de um ano.

Antes da largada há ainda que receber, com a devida solenidade, o Presidente da República de Portugal e Chefe Supremo das Forças Armadas, Prof. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, que, no discurso que profere, expõe a realidade da missão: longa, difícil e exigente. Trata-se da comemoração dos 500 anos da Viagem de Circum-Navegação de Fernão de Magalhães, o português e primeiro ser humano a conseguir circum-navegar a Terra. É uma “volta ao mundo”. É uma missão. A missão.

A Cerimónia de Largada do NRP *Sagres* contou ainda com a presença do Ministro da Defesa Nacional, Prof. Dr. João Gomes Cravinho, do Ministro do Mar, Dr. Ricardo Serrão Santos, do Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, Dr. Jorge Seguro Sanches, do CEMA, ALM Mendes Calado, e do Presidente do Comité Olímpico Português, Dr. José Manuel Constantino.

A confiança que o país investe nos homens e mulheres que irão representar Portugal além-mar tem o seu ponto alto na entrega da Bandeira Nacional, que servirá de estandarte dos atletas portugueses que participam nos Jogos Olímpicos de Tóquio, ao CFR Maurício Camilo pelo próprio Presidente da República.

COMPLEXIDADE DA VIAGEM

Na verdade, a viagem de Circum-Navegação possui uma complexidade nunca antes vista. Primeiro, começa por ser a missão de maior duração que o NRP *Sagres* irá realizar. Segundo, aos já tradicionais eventos protocolares nos portos onde o navio irá arribar e ao contacto com a diáspora portuguesa espalhada pelo mundo, juntar-se-á o propósito de marcar presença nas Cidades Magalhânicas, além do embarque e instrução dos cadetes do 2º e do 3º ano da Escola Naval.

O navio será também, por alguns dias, a Casa de Portugal durante a sua estadia em Tóquio, no Japão, no período dos Jogos Olímpicos de 2020. Há ainda que referir as diversas parcerias com empresas nacionais, que se juntarão em diversos eventos nos vários portos

para promoção das respetivas marcas, elevando indiretamente também, o nome de Portugal no mundo.

Por último, e que, sem dúvida, será o momento alto de toda a missão, a comemoração dos 500 anos da Viagem de Circum-Navegação de Fernão de Magalhães em Punta Arenas, comemoração essa que, se os ventos forem de feição, terá incluída a passagem do navio pelo cabo *Horn*, átimo de orgulho para qualquer pessoa que se diga marinheiro.

Adicionalmente, deverá ser dado um contributo para a ciência, já que irão decorrer a bordo, durante toda a viagem, quatro projetos científicos: (i) o *Space-Atmospher-Ocean Interactions in the marine boundary layer (SAIL)*; (ii) o *Global Drifter Program (GDP)*; (iii) a monitorização e identificação dos locais de maior ocorrência e acumulação de microplásticos e outros detritos antropogénicos; e (iv) o *Ciência Cidadã*. Nas próximas edições da RA estes projetos serão alvo de maior desenvolvimento.

AS DUAS PRIMEIRAS SEMANAS

As duas primeiras semanas tiveram uma dinâmica diferente e não menos importante – o treino e avaliação. Foram inúmeras as palestras, *table tops* e exercícios que a equipa móvel do Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval acompanhou e avaliou. Objetivo – consolidar procedimentos, formar equipas e construir uma guarnição. Os próprios elementos da APORVELA que realizaram a tirada Lisboa-Tenerife, todos com algum nível de experiência no mar, ficaram surpreendidos com a dimensão de formação e treino que é exigido a todos os navios e militares da Marinha.

Até a breve passagem pelo porto de Santa Cruz de Tenerife (já na expedição de Fernão de Magalhães este foi o primeiro porto da viagem) só permitiu breves momentos de descanso. Havia que atingir a proficiência e destreza necessária para a guarnição poder cumprir a rigor tão extensa e exigente missão.

Nos dois portos já visitados – Tenerife e Praia – o navio recebeu 2000 e 700 visitantes, respetivamente. A estadia na Praia foi muito dinâmica, face ao número de eventos em que o navio participou – conferências de imprensa e *workshops* de investigação científica, para além dos tradicionais cumprimentos e receção protocolar a bordo – tudo foi realizado com o cuidado e brio habitual.

Com o Treino Assistido concluído, o navio ruma agora em direção ao Rio de Janeiro.



Colaboração do **COMANDO DO NRP SAGRES**





POLÍCIA MARÍTIMA – 100 ANOS

COMEMORAÇÕES

Em 2019 celebrou-se o Centenário da Polícia Marítima, tendo as comemorações decorrido em Quarteira, no período de 7 a 10 de novembro. No âmbito destas comemorações, a Polícia Marítima (PM) desenvolveu diversas atividades abertas ao público em geral.

criação e âmbito

Após o fim da 1ª Guerra Mundial, a especificidade das atividades ligadas à navegação, a maior densidade da aplicação das respetivas normas nas zonas portuárias e marítimas, e a necessidade de fazer cumprir um conjunto de disposições e determinações dos capitães dos portos quanto à visita de navios e embarcações e segurança da navegação, induziram a necessidade de criação de um Corpo de Polícia Marítima. Tratava-se de uma polícia especializada em ambiente marítimo, com uma ligação funcional estreita com os capitães dos portos.

Intimamente ligada à Marinha, a designação “Polícia Marítima” surgiu no princípio do século XIX, com a nomeação do primeiro comandante da Polícia Marítima do Porto de Lisboa, o Chefe de Divisão Joaquim José Monteiro Torres, em 16 de agosto de 1803. No entanto, apenas com a promulgação da Lei n.º 876, de 13 de setembro de 1919, é formalmente criada a Polícia Marítima inicialmente apenas no porto de Lisboa, estendendo-se progressivamente a todo o território nacional.

COMEMORAÇÕES

As comemorações incluíram:

- Uma apresentação pelo Comandante-Geral da Polícia Marítima (CGPM), VALM Sousa Pereira, sobre os “100 anos da Polícia Marítima”, no auditório do Centro Autárquico de Quarteira, em 7 de novembro.
- Uma exposição estática na Praça do Mar, que contou com cerca de 3000 visitantes e onde esteve patente material e equipamento adstrito: (i) ao Grupo de Ações Táticas (GAT); (ii) ao Grupo de Mergulho Forense (GMF); (iii) à formação; e (iv) à investigação criminal. Estiveram também expostos alguns meios operacionais desta polícia, nomeadamente, um tratorcar “Polaris”, uma viatura de vigilância costeira, uma moto-quatro, duas motas de água, uma embarcação semirrígida de alta velocidade e a viatura com o Centro de Operações Móvel da Autoridade Marítima Nacional (AMN).
- Batismos de mergulho, realizados na piscina municipal de Quarteira, conduzidos pelo GMF.
- Batismos de mar numa embarcação de alta velocidade da PM, a partir da marina de Vilamoura.



Integrada ainda nas comemorações do Centenário da PM e contando com a presença do Comandante-Geral da PM, VALM Sousa Pereira e do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, o Dr. Vítor Aleixo, foi inaugurada a exposição denominada I.MER.SÃO, de autoria do jornalista David Araújo, da RTP. Esta exposição alusiva ao fenómeno da vaga de migração de estrangeiros para a Europa, deu particular enfoque à situação dos campos de migrantes nas ilhas gregas, onde, no âmbito da agência europeia Frontex, a PM colabora com as autoridades gregas no controlo e vigilância da fronteira externa da União Europeia.

CONSTITUIÇÃO DAS FORÇAS EM PARADA

As comemorações do centenário culminaram com uma cerimónia na Avenida Infante de Sagres, presidida pelo Ministro da Defesa Nacional (MDN), Professor João Gomes Cravinho, contando ainda com a presença do Presidente da Câmara, Dr. Vítor Aleixo, do Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional, Dr. Jorge Seguro Sanches, e do CGPM, entre outros ilustres participantes.

As forças em parada foram constituídas por três pelotões a três secções com sete elementos cada, comandada pelo Subinspetor Artur Braz Gonçalves, Segundo Comandante Regional da PM do Centro. O bloco de guiões (integrando os guiões do Comandante-Geral da PM, da Escola da Autoridade Marítima e dos Comandos Regionais da PM do Norte, Centro, Sul, Açores e Madeira) era comandado pelo Chefe Vítor Manuel Piçarra Branco Grilo. O primeiro pelotão, em uniforme de cerimónia, era comandado pelo



Chefe José Joaquim da Cruz Martins e composto por subchefes e agentes da PM provenientes de diversos comandos locais do Sul. O segundo pelotão, também em uniforme de cerimónia, era comandado pelo Chefe António Lourenço Azevedo Vieira e composto por subchefes e agentes da PM provenientes de diversos comandos locais do Norte e Centro. O terceiro pelotão, em uniforme operacional, era comandado pelo Chefe João Luís Pacheco Antunes e composto por agentes da PM pertencentes ao GAT, ao GMF e a comandos locais do Norte e Centro. Integraram o desfile sete viaturas táticas representativas dos meios operacionais em uso por aquela polícia.

A cerimónia contou ainda com a inestimável presença da Banda da Armada e da Fanfarras do Corpo de Fuzileiros.

CONDECORAÇÕES, HOMENAGEM E DISCURSOS

Durante a cerimónia foram impostas diversas condecorações, designadamente: a três elementos da *Comissaria Geral de Polícia Judicial* do Corpo Nacional da Polícia Espanhola (Comissario Enrique Juarez Martín, Inspetor Jefe Francisco Molinera de Diego e o Inspetor Alberto Olivares Garcia); a dois elementos da Polícia Judiciária (Coordenador Superior de Investigação Criminal Dr. Carlos Alberto Lopes Farinha, e Especialista Superior Dr. Fernando José da Silva Viegas); e a dois elementos da Polícia Marítima (Subinspetor José Gregório Nunes Fernandes e Chefe Fernando José Seco Fernandes). Foi ainda condecorado com a Medalha de Serviços Distintos, coletiva, grau Ouro, o Laboratório de Polícia Científica da Polícia Judiciária.

Ainda durante a cerimónia teve lugar uma homenagem aos militares, militarizados e civis que já faleceram e que prestaram serviço na Polícia Marítima, tendo o Capelão, CTEN Licínio Luís Assunção da Silva, proferido uma evocação alusiva.

O presidente da Câmara Municipal de Loulé, ao tomar a palavra, referiu a existência, por razões históricas e geográficas, de uma profunda ligação de Quarteira e dos seus habitantes ao mar e que a Polícia Marítima é parte integrante da memória coletiva desta região, revelando-se a sua ação, enquanto força de segu-

rança, na fiscalização e na garantia do cumprimento das leis e regulamentos no mar, nas áreas portuárias e nos espaços balneários sob jurisdição nacional, necessária e útil para garantir a segurança e os direitos das populações.

Durante a sua alocução, o CGPM, VALM Sousa Pereira, destacou a necessidade de respeitar a génese da PM, e que os fundamentos da sua criação há 100 anos, “necessidade de dotar os capitães dos portos com um instrumento que, através de uma ação policial e fiscalizadora, resultasse numa resposta imediata, presencial e eficaz na imposição da autoridade pública”, se mantêm válidos no presente, devendo manter-se inseparável a relação entre a Autoridade Marítima e a Polícia Marítima. O VALM Sousa Pereira relevou ainda os excelentes resultados

da atividade operacional da PM, tendo a este propósito referido o seguinte: “reportando-me aos últimos doze meses, a PM: salvou 1824 pessoas no Mar Egeu (...); participou em 2556 ações de salvamento, onde se incluem 502 em áreas balneares; dedicou 259.838 horas a ações de vigilância, policiamento e patrulhamento; realizou 34.996 horas de navegação (...); executou 10.406 ações de fiscalização; controlou e abordou 11.155 embarcações; levantou 6670 processos de contraordenação.”

O último discurso foi efetuado pelo MDN, Professor João Cravinho, que salientou as medidas que o governo tomou na legislatura anterior, no sentido de dotar a PM com os meios necessários para o cumprimento da sua missão centenária, designadamente: “Apostou-se no reforço da sua identidade e das condições para a realização do seu trabalho, com a inauguração de um novo comando-geral, com a aprovação do regulamento de medalhas e estandartes próprios, com a criação do Dia da Polícia Marítima e com a uniformização de regras de organização e funcionamento. Saliento, ainda, a abertura do Posto Marítimo das Ilhas Selvagens, na região Autónoma da Madeira, com a criação de todas as condições de habitabilidade e segurança e prevendo-se a atribuição do suplemento de serviço de penosidade a todos os elementos da AMN que prestam serviço naquele território longínquo e inóspito, que embora esquecido por muitos, também faz parte do território de Portugal”. No campo dos recursos humanos



garantiu estar a trabalhar para completar o quadro de pessoal requerido e a qualificação do seu pessoal. Por último, anunciou que o “Governo conta com a PM, hoje, como há 100 anos, e trabalhará de forma determinada no reforço da sua implantação no ordenamento jurídico nacional e no reforço das suas capacidades operacionais”.

DESFILES, DEMONSTRAÇÃO DE CAPACIDADES E PORTO DE HONRA

A cerimónia culminou com o desfile das forças em parada e de meios operacionais da Polícia Marítima.

Após a cerimónia, os convidados deslocaram-se da tribuna para a Praça do Mar onde puderam visitar a exposição estática; seguidamente dirigiram-se para um passadiço sobre a praia, ligado à Avenida Infante de Sagres, onde tiveram oportunidade de assistir a uma demonstração de capacidades da Polícia Marítima no espaço marítimo fronteiriço, com a participação de Equipas de Vigilância Costeira, do GMF e do GAT. Genericamente, foram replicadas situações que ocorrem amiúde nas ilhas gregas junto à Turquia, onde a PM tem, há muitos meses, uma equipa a operar – a aproximação duma embarcação com refugiados, a sua interceção, a assistência aos refugiados, o reboque



dessa embarcação e a recuperação, do fundo do mar, dum objeto para lá lançado por um dos elementos que se encontravam na embarcação. No final, ocorreu um desfile dos mais importantes meios náuticos atualmente ao dispor da AMN.

Findo este desfile, decorreu um Porto de Honra no hotel D. José.



Colaboração do **COMANDO GERAL DA POLÍCIA MARÍTIMA**

20º ANIVERSÁRIO DAS MULHERES NA POLÍCIA MARÍTIMA

Em dezembro passaram 20 anos sobre a data de incorporação das primeiras 4 mulheres na Polícia Marítima, embora em 1997, com a transferência da soberania de Macau da República Portuguesa para a República Popular da China (RPC), tenha sido integrado um elemento feminino macaense (Antonieta Bento) nesta Polícia, ao abrigo do Direito de Integração nos Serviços da República Portuguesa, contemplado no Decreto-Lei nº 357/93, alterado pelo Decreto-Lei nº 346/99, de 27 de agosto. No entanto, foi só a 10 de dezembro de 1999, com a entrada em vigor do Decreto-Regulamentar nº 53/97, de 9 de dezembro, que o Curso de Formação de Agentes da Polícia Marítima foi sujeito a algumas alterações, nomeadamente, entre outras: o incremento da duração para 15 meses, a permissão de ingresso de civis e militares de outros ramos das Forças Armadas e a admissão de mulheres. Duas oriundas da vida civil (Cristina Fontan e Susana Gomes), uma militar da Força Aérea (Susana Garcia) e uma militar da Marinha (Sandra Silva).

Este curso, o 29º, com 30 novos elementos, foi ministrado pela primeira vez na Escola de Tecnologias Navais, tendo passado pelas Escolas de Artilharia, de Comunicações, de Marinharia, de Fuzileiros e pelo Centro de Educação Física da Armada.

A componente técnica do curso contemplou as áreas de Introdução ao Estudo do Direito, Filosofia do Direito, Legislação Diversa sobre pescas, Direito Internacional do Mar e Legislação Específica da PM. A componente física passou pela Defesa Pessoal, o Tiro, os Cursos de Nadador-Salvador, de Primeiros Socorros e de Navegação, finalizando com 3 meses de estágio nos mais diversos Comandos Locais de Portugal Continental e Ilhas.

O ingresso de mulheres obrigou, naturalmente, os Comandos Locais da Polícia Marítima a adaptarem-se para receber agentes femininos, pelo que ao longo dos anos as instalações foram sendo adequadas e melhoradas. Esta Polícia, com um efetivo de



538 elementos, conta já com 36 mulheres (cerca de 6,7%), destacadas nos mais diversos Comandos nacionais.

O progresso da carreira, estabelecido na legislação aplicável, é igual para agentes femininos e masculinos. Ambos têm de frequentar os mesmos cursos e treinos, e os critérios de avaliação profissional são independentes do género.

À semelhança de outras carreiras militares, a estas mulheres foi permitido o ingresso e possibilitada a progressão.

Em 1999, após várias provas de seleção num concurso com milhares de concorrentes, estas foram as 4 mulheres que singraram e entraram numa profissão que estava, até então, vedada ao sexo feminino, contribuindo assim, decisivamente, para uma alteração de paradigma na Polícia Marítima.



Susana Jacinto Garcia
Agente de 1.ª Classe



NRP D. FRANCISCO DE ALMEIDA

PARTICIPAÇÃO NO SNMG1 EM 2019

2ª Parte

O REGRESSO À EUROPA

O SNMG1 largou do porto de St. John's e cruzou o oceano Atlântico pela segunda vez nesta missão. Numa altura em que a interoperabilidade e a integração eram já uma realidade no seio da força, os 10 dias de trânsito voltaram a ser enquadrados no conceito de *Maritime Express* – a nova abordagem para as forças navais da NATO que visa integrar, ao longo do ano, um conjunto de exercícios realizados em diversos países da Aliança, com especial incidência em operações de segurança marítima e luta antissubmarina. Foram contabilizadas 92 séries, entre exercícios e ações de treino interno.

O navio atracou a 3 de outubro em Rota (sul de Espanha, do lado do Atlântico). A Base Naval de Rota, comandada por um CALM espanhol, contém *intra muros* a *Naval Station Rota*, pertencente às Forças Armadas Norte-americanas. Nesta paragem não só foi reposta a completa operacionalidade de vários sensores de bordo (ação que contou com o apoio do 3º escalão de manutenção do *Directorate of Material Sustainment* (DMI) Holanda e da Arsenal do Alfeite S.A.), mas também se recuperou o navio das intempéries do Atlântico Norte. Adicionalmente prepa-

rou-se a participação no exercício *Dynamic Mariner/Flotex 2019* (DYMR/FL19).

O DYNAMIC MARINER/FLOTEX 2019

O DYMR/FL19 decorreu ao largo da costa sul de Espanha e culminou com a Operação *Brave Guardian*, que visou garantir o controlo naval e aéreo da área de operações, e subseqüentemente, devido às ações das forças opositoras, levou à realização de um desembarque anfíbio, enquadrado no artigo 5.º do Tratado de Washington – recuperação do controlo de uma parte do território aliado.

A ocasião propiciou também o treino conjunto de todas as forças navais permanentes da NATO – os dois SNMG (*Standing NATO Maritime Group*) e os dois SNMCMG (*Standing NATO Mine Counter Measures Group*) – que serão, numa situação real, a primeira resposta da Aliança a uma crise ou conflito.

No final do exercício, a 18 de outubro, os navios do SNMG1 foram aportar uns a Cádiz (HNOMS *Thor Heyerdahl* e BNS *Leopold I*) e os outros na Base Naval de Rota (o NRP *D. Francisco de Almeida*, o USS *Gridley* (navio-almirante) e o HNLMS *Van Speijk*).

PASSAGEM POR LISBOA

A 22 de outubro, o SNMG1 rumou a Lisboa. No navio português embarcaram dois jornalistas da RTP com o objetivo de realizarem reportagens sobre a participação de Portugal na NATO e sobre a vida dos militares a bordo. Desse trabalho resultaram 4 peças televisivas, duas das quais transmitidas no Telejornal do Canal 1 da RTP. O trânsito de Rota para Lisboa foi curto – 3 dias – mas intenso, marcado por diversos exercícios entre os navios da força e por um grande número de séries internas. Conseguiu-se transmitir aos jornalistas uma imagem bastante abrangente da rotina diária de uma fragata integrada numa força internacional, ainda que as condições meteorológicas muito favoráveis não tenham permitido uma perceção mais autêntica da vida no mar.

Em Lisboa o SNMG1 atracou no cais da Rocha de Conde D'Óbidos. Para os marinheiros da *D. Francisco de Almeida*, houve que reabastecer o navio antes das licenças para rever e matar saudades da família. Para os marinheiros dos restantes navios da força, esta visita proporcionou-lhes o ensejo de desfrutarem da vasta oferta cultural e gastronómica da cidade que, associadas a uma meteorologia invejável, fazem



da nossa capital um local muito apreciado. Como sentimento unânime, Lisboa deixou muitas saudades e a vontade de regressar em breve. O SNMG1 largou de Lisboa na tarde de 28 de outubro rumando a norte, às áreas de exercícios de Plymouth.

INGLATERRA

Neste trânsito, que seria o último com todos os navios em navegação conjunta, realizaram-se os tradicionais “sail past” – a despedida dos vários navios, num ambiente muito marinho e cheio de simbolismo.

A permanência da força nas costas inglesas começou com uma *Weekly War* do *Operational Sea Training* (OST) sediado em Plymouth. A *Weekly War* ou Guerra das Quintas-Feiras é um exercício de 8 horas, de elevada complexidade e dificuldade, em que são simulados sucessivos ataques de ameaças externas a cada navio, conjugados com inúmeros incidentes – incêndios, alagamentos e avarias – no âmbito da batalha interna. Esta participação do SNMG1 constituiu uma excelente oportunidade de treino e serviu para relembrar experiências recentes, vividas aquando do recente OST do navio, entre maio e junho passados.

Terminada a participação na *Weekly War*, os navios do SNMG1 tiveram a oportunidade de participar no exercício *Nemo Trials 2019*, sucessor dos antigos *EW Trials*, no qual foram conduzidos testes e exercícios de guerra eletrónica e defesa antimíssil, forma prática de validar doutrina e procedimentos.

A 4 de novembro a fragata *D. Francisco de Almeida* atracou na Base Naval de Portsmouth (PRNB), pertencente à Marinha do Reino Unido. Durante a estadia em Portsmouth, realizou-se a bordo o almoço de representação do SNMG1, presidido pelo Comandante do navio em representação do CALM SNMG1; entre os convidados contou-se o Comodoro Jeremy Bailey, Comandante da PRNB, e o *Deputy Lord Mayor* de Portsmouth, *Councillor* Ben Dowling. Este foi o último porto antes do final da missão e conseqüente regresso a casa.

O REGRESSO

De 7 a 11 de novembro efetuou-se o trânsito até à BNL. Tempo ainda para privar com as tão habituais condições meteorológicas do Golfo da Biscaia. Na memória, a experiência única de integrar uma força multinacional, trabalhando lado a lado com navios e militares dos países aliados. Fica, ainda, o sentimento do dever cumprido e o orgulho por ter contribuído para o cumprimento dos compromissos assumidos internacionalmente por Portugal – concretamente, pelas suas Forças Armadas. Para os nossos camaradas e para os amigos que integraram connosco o SNMG1 no segundo semestre de 2019, ficam os votos de “*fair winds and following seas*”.

“Os que servem no mar,
saúdam os que nos apoiam”.



Colaboração do

COMANDO DO NRP D. FRANCISCO DE ALMEIDA

PARTICIPAÇÕES NO DYMR/FL19

País	Navios de Superfície
BÉLGICA	LEOPOLD I
CANADÁ	HALIFAX (SNMG2 FLAGSHIP)
FRANÇA	VAR
GRÉCIA	ADRIAS
ITÁLIA	ALLIANCE
HOLANDA	VAN SPEUK
NORUEGA	THOR-HEYERDHAL
PORTUGAL	D. FRANCISCO DE ALMEIDA CORTE-REAL
	CASTILLA (SPMARFOR FLAGSHIP) JUAN CARLOS I ALVARO DE BAZAN JUAN DE BORBON REINA SOFIA SANTA MARIA NUMANCIA
ESPAÑA	BLAS DE LEZO RAYO SEGURA TAMBRE TAJO CANTABRIA PATINO GALICIA
TURQUIA	GIRESUN
EUA	GRIDLEY (SNMG1 FLAGSHIP)
País	Submarinos
ESPAÑA	MISTRAL
PORTUGAL	TRIDENTE
País	Aviões de Patrulha Marítima
ALEMANHA	P-3C
FRANÇA	ATL-2
ESPAÑA	P-3M/MACA
EUA	P-8



PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NO EXERCÍCIO **DYNAMIC MARINER/FLOTEX 2019**

CENÁRIO

O exercício *DYNAMIC MARINER/FLOTEX 2019* (DYMR/FL19) decorreu em águas sob jurisdição espanhola quer no Oceano Atlântico quer no Mar Mediterrâneo, de 6 a 18 de outubro. O DYMR/FL19 foi um exercício de integração de forças navais (LIVEX – *Maritime Force Integration Live Exercise*) que fez parte do processo de certificação do *Maritime Component Commander* (MCC) da *NATO Response Force 2020* (NRF 2020), cujo comando será assumido por Espanha em 2020.

O DYMR/FL19 teve por base um cenário simulando o atual *status quo* no Mar Báltico, envolvendo nações reais e fictícias. Dum lado – o contendor – uma aliança militar entre quatro países fictícios – *Murinus*, *Griseus*, *Plumbeus* e *Cinereus*, originados pelo colapso do antigo Império *Murinian* – que se opunha à expansão da NATO na região. Após o desmembramento do referido Império, surgiram os países acima referidos, um deles (*Griseus*) com um enclave, entre a Polónia e a Lituânia, denominado *Perigreu*. O exercício assentou numa demonstração de força condicionada ao controlo do espaço aéreo e marítimo e à capacidade de desembarque, tendo como pano de fundo a certificação da NRF 2020 para uma hipotética operação no âmbito do artigo 5.º do Tratado de Washington.

O DYMR/FL19 teve três fases distintas: (1) a *Pre-sail Conference*, que decorreu a bordo do *ESPS Galicia* entre 6 e 7 de outubro; (2) a fase seriada, denominada CET-FIT (*Combat Enhancement Training – Force Integration Training*), entre 8 e 13 de outubro, para integração de forças e incremento da proficiência tática *inter* e *intra* forças e unidades participantes; e (3) a Operação *Brave Guardian*, que visou garantir o controlo naval e aéreo da área de operações, e subsequentemente, devido às ações das forças opositoras, levou à realização de um desembarque anfíbio.

As unidades participantes foram divididas em dois eixos – as BLUE FORCES (unidades que vieram em auxílio de um país

aliado fictício que pediu apoio bélico) e as ORANGE FORCES (unidades de uma facção com interesse na zona de operações do exercício e com intenções de escalar o conflito na área por forma a cumprir com os seus interesses estratégicos).

PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA

Neste exercício, de grande dimensão e complexidade, participaram 28 meios navais, 27 meios aéreos e cerca de 5000 militares de 11 membros da Aliança: Alemanha, Bélgica, Canadá, Espanha, EUA, França, Grécia, Holanda, Noruega, Portugal e Turquia. Para além da fragata *D. Francisco de Almeida*, integrada no *Standing NATO Maritime Group 1* (SNMG1), Portugal fez-se representar, de forma robusta, com a fragata *Corte-Real*, o submarino *Tridente* e 65 elementos da Força de Fuzileiros n.º 1 (“força de desembarque”).

O Comandante da Força-Tarefa (CTF), VADM António Lacave, encontrava-se embarcado no navio de assalto anfíbio *ESPS Castilla*, a partir do qual exerceu o comando de 9 Grupos-Tarefa (TG). De realçar



a presença de um oficial português no *staff* do COMSPMARFOR, CFR Calhau Algarvio (N3 – *Maritime Ops AWW*), que teve um relevante papel no planeamento e execução do DYMR/FL19, possibilitando, simultaneamente, uma ligação diferenciada aos meios nacionais que participaram no exercício.

A “força de desembarque” participou no exercício integrada no Segundo Batalhão Reforçado de Desembarque, edificado a partir da *Brigada de Infanteria de Marina* da Armada Espanhola, perfazendo um total de 350 militares. Os fuzileiros portugueses embarcaram na Base Naval de Rota, nos navios de projeção anfíbia, porta-aviões ESPS *Juan Carlos I* e navio de assalto anfíbio ESPS *Galicia*.

PLANO TERRESTRE

Na fase CET-FIT foi dado particular ênfase ao incremento do potencial de combate e aos processos de integração entre as diversas forças militares participantes. Num cenário de multiameaça assimétrica e de operações convencionais na *Sierra del Retin*, a “força de desembarque” participou nas seguintes ações:

- Escolta de transportes logísticos, com realce nos processos defensivos em relação a engenhos explosivos improvisados;
- Operações de *Intelligence, Surveillance e Reconnaissance* – patrulhas de reconhecimento e operações com veículos aéreos não tripulados;
- Treino de tiro real;
- Operações ofensivas – emboscadas, ataques e abertura de brechas com recurso a explosivos;
- Operações defensivas – controlo de área e patrulhas de segurança;
- Apoio de fogos – morteiros, artilharia e fogo naval; e
- Apoio próximo de aeronaves.

Esta fase terminou com uma demonstração de capacidades de toda a força anfíbia aos representantes dos países NATO. Na fase seguinte, de cariz predominantemente operacional, foi treinada a execução de uma operação de resposta a crise, tendo a “força de desembarque” participado na execução de uma incursão anfíbia. De salientar que a “força de desembarque” reagiu a eventos executados por uma força de oposição, desconhecendo por completo quais os eventos que seriam criados, bem como a sequência dos mesmos. Tratou-se, portanto, de um tipo de treino num cenário bastante realista.

PLANO NAVAL DE SUPERFÍCIE E AÉREO

O NRP *D. Francisco de Almeida* e o NRP *Corte-Real* integraram, respetivamente, as TG 445.04 (SNMG1) e TG 445.05 (SNMG2), constituindo-se como os grupos de escolta da “força de desembarque”.

Durante o DYMR/FL19 ocorreu a aproximação e passagem pela área marítima onde se desenrolava o exercício, de um Grupo-Tarefa estranho ao mesmo. Tal obrigou a ações **No Play**, ou seja, a uma alteração de planos, nomeadamente a que o CTF designasse a SNMG1 e em particular a *D. Francisco de Almeida* para interceptar e monitorizar esta força durante o seu trânsito. Recebida a ordem, o NRP *D. Francisco de Almeida* atuou por forma a efetuar a interceção, tendo esta sido consumada num esforço conjunto das Forças Armadas Portuguesas, a norte do Cabo de S. Vicente. Esta missão, que teve a duração de dois dias, visou monitorizar a atividade do Grupo-Tarefa, proporcionar aviso antecipado às áreas de exercício e recolher informação operacional, ações que terminaram já em pleno Mediterrâneo Ocidental.

PLANO NAVAL DE SUB-SUPERFÍCIE

Durante a fase de seriado, o NRP *Tridente*, como é típico dos submarinos, participou maioritariamente como força opositora (integrando as ORANGE FORCES), a par do outro submarino – o ESPS *Mistral*. As



séries foram muitas e exigentes, permitindo à guarnição treinar: (1) a multiplicidade das vertentes de ASW; e (2) a oposição por unidades navais, por aeronaves de patrulha marítima, por um outro submarino ou por uma força aeronaval de luta antissubmarina. A complexidade derivou da multiplicidade de meios da força opositora – até doze escoltas e três aeronaves na mesma série.

Se, inicialmente, as ORANGE FORCES apenas “provocavam” as BLUE FORCES, de forma a recolher informação das várias unidades integrantes, avaliando as suas reações e fraquezas, na “escalada do conflito” que se seguiu, as ORANGE FORCES levaram a cabo ações sucessivamente mais agressivas, e.g. ataques às unidades BLUE mais valiosas, contando sempre com o fator surpresa e com a capacidade de empregar várias armas em alvos distintos com a máxima discrição.

OPERAÇÃO BRAVE GUARDIAN

Após uma fase de estabelecimento das forças no teatro de operações, o opositor (ORANGE FORCES), simulado por meios navais e aéreos espanhóis e pelo NRP *Tridente*, aumentou o seu nível de agressividade, tendo ocupado parte do território de um país aliado. Para legitimar a intervenção da NATO, foi simulada a invocação do artigo 5.º do Tratado de Washington, levando assim os países aliados a apoiar esta intervenção.

Era, pois, necessário desembarcar uma força para apoiar na reconquista do controlo desse território. A operação *Brave Guardian* teve início com a realocização das forças no Golfo de Cádiz, a partir do Estreito de Gibraltar (simulando a entrada no Mar Báltico).

Para garantir a segurança do desembarque, foram realizadas operações de rocega de minas na área do desembarque, e foi assegurado o controlo do mar e do espaço aéreo na zona circundante, garantindo a segurança do grupo de navios de desembarque.

De realçar a elevada agressividade por parte das ORANGE FORCES nesta fase do DYMR/FL19, nos três ambientes (aéreo, superfície e sub-superfície), tendo isso resultado em ações de elevada intensidade, proporcionando um treino realista, que permitiu elevar a prontidão e a integração das forças e unidades dos vários países aliados. Após a estabilização no território reconquistado, iniciaram-se as manobras de retração da força de desembarque e desmobilização dos meios participantes no exercício.

O DYMR/FL19 constituiu-se, assim, como o grande ensaio para uma eventual operação aliada no Báltico; foi um exercício desafiante pela quantidade de meios e capacidades diversificadas das forças – aéreas, de superfície e de sub-superfície – envolvidas. Para as unidades portuguesas participantes, foi uma oportunidade excepcional de treino (no caso do NRP *Tridente*, também para os futuros submarinistas – alunos do Centro de Instrução de Submarinos, em estágio), num ambiente muito realista e exigente, do qual resultaram muitas lições identificadas.

Colaboração dos NRP D. FRANCISCO DE ALMEIDA, NRP TRIDENTE e CCF

O PODER NAVAL JAPONÊS

ASCENSÃO E QUEDA

DA CONCEÇÃO TEÓRICA À CONCRETIZAÇÃO PRÁTICA

De entre os poderes navais em ascensão no início do século XX, o Japonês constituiu um caso singular uma vez que evoluiu diretamente de uma Marinha de galés para uma Marinha de navios com propulsão mecânica, sem passar pela chamada “Era da Vela”. Enquanto que no final do século XVI a esquadra de Hideyoshi era formada essencialmente por galés, as esquadras de Ito na Batalha de Yalu, em 1894, e a de Togo, na Batalha de Tsushima, em 1905, eram compostas por navios a vapor de avançada tecnologia para a época. Entre esses dois períodos, os japoneses praticaram uma política de isolamento, não se preocupando com a criação de uma Marinha nacional. De facto, foi o ressurgimento do imperialismo ocidental que levou o Japão a reconsiderar a forma de olhar o mar e a repensar a política de defesa da sua fronteira marítima.

Foi com notável astúcia e engenho que os novos líderes navais do Japão não só assimilaram as lições de três séculos de guerra marítima no Ocidente, como também superaram muitos pensadores ocidentais no desenvolvimento de armamento e conceitos estratégicos e táticos, mostrando-se peritos na utilização da concentração de meios, por forma a atacar frações da esquadra inimiga. Por exemplo, na guerra sino-japonesa, os japoneses aplicaram o máximo poder disponível para atacar uma das esquadras regionais chinesas, derrotando-a antes que outras esquadras viessem em seu auxílio. Na guerra russo-japonesa neutralizaram, sucessivamente, os três segmentos da esquadra russa do Extremo Oriente – em Port Arthur, em Inchon e em Vladivostok. Em seguida, utilizando a mesma estratégia de concentração e manobra, derrotaram a esquadra russa do Báltico no estreito de Tsushima.

De facto, os japoneses perceberam desde logo a vantagem tática da formação em coluna o que, aliado à velocidade e manobra, permitia um amplo ângulo de tiro para a artilharia. À semelhança do princípio triunfante demonstrado por Nelson em Trafalgar, a operação em divisões independentes dava grande flexibilidade e permitia que parte da esquadra atuasse, mais rapidamente, onde era mais necessária.

A vitória sobre a China mostrou o acerto do programa de modernização da Mari-



Guerra Russo - Japonesa (1904-1905). Ilustração da destruição de um navio russo ao largo de Port Arthur.

nha Imperial Japonesa (MIJ) e constituiu o grande impulso para a expansão do poder naval japonês que seria testado no conflito com a Rússia czarista, uma das grandes potências europeias.

A CAMINHO DO APOGEU

O grande desenvolvimento da MIJ deu-se após a primeira guerra sino-japonesa (1894-1895), na qual se disputou o controlo da Coreia. No final da guerra, com a assinatura do Tratado de Shimonoseki, a China viu-se obrigada a pagar uma pesada indemnização ao Japão, que a iria utilizar, em grande parte, para a expansão da Marinha. Entre 1896 e 1903 comprou navios de guerra à Grã-Bretanha, criou e desenvol-

veu bases e estaleiros navais e aumentou os seus efetivos de dezoito mil para trinta e sete mil militares.

A guerra russo-japonesa decorreu entre 1904 e 1905, na sequência da recusa da Rússia em retirar as suas forças militares da Manchúria; iria culminar com a batalha decisiva de Tsushima, na qual a esquadra japonesa, numericamente inferior mas mais bem treinada, levou a melhor sobre a esquadra russa. Com o tratado de Portsmouth, mediado pelo Presidente Theodore Roosevelt, assinado em setembro de 1905, a Rússia reconheceu os direitos do Japão sobre a Coreia e sobre a península de Liaotung, bem como sobre os recursos minerais na Manchúria e na metade sul da ilha de Sacalina.

Couraçado “Hatsuse”, um dos dez navios da classe Shikishima construídos no Reino Unido. Entrou ao serviço em janeiro de 1901. Participou nos combates contra Port Arthur, tendo sido afundado por duas minas em maio de 1904.



Como resultado da vitória sobre a Rússia, o Japão, no início do século XX, emergiu como um poder naval de primeira classe, com o qual a incontestada potência marítima ocidental, o Reino Unido, não desdenhou efetuar uma aliança. Contudo o Japão, considerando-se roubado pelo Ocidente do fruto das suas vitórias, continuou a fortalecer a sua Marinha, aguardando a oportunidade que lhe permitiria afirmar a sua supremacia no Extremo Oriente.

Para a ascensão meteórica da MIJ contribuíram uma série de fatores, nomeadamente uma administração eficaz, a capacidade de inovação e a não menos importante assistência de marinhas estrangeiras, em particular da Marinha britânica.

APOGEU

A grande oportunidade de expansão do Japão no Pacífico viria a ocorrer cerca de uma década mais tarde, com a deflagração do conflito na Europa em 1914. Usando como pretexto o tratado de amizade com o Reino Unido, celebrado em 1902, o Japão declarou guerra à Alemanha e ocupou as ilhas Marshall, as Carolinas e as Marianas. Quando terminou a guerra, estas aquisições territoriais foram sancionadas pelo tratado de Versalhes, apesar da oposição dos Estados Unidos da América (EUA). O Presidente Woodrow Wilson opôs-se por considerar que as referidas ilhas nas mãos dos japoneses punham em risco a defesa das Filipinas.

Pelo tratado de Versalhes o Pacífico foi dividido entre as potências vencedoras. Ao Japão coube o domínio do Pacífico Oeste a norte do equador, incluindo praticamente todas as ilhas da Micronésia. Os EUA ficaram com o controlo do Pacífico Leste, com as ilhas do Havai, as Aleutas e algumas ilhas

na área de controlo japonês (Guam, Wake e Filipinas). O Império Britânico incluía quase todas as ilhas da Melanésia, desde as ilhas de Samoa até à Austrália e Nova Guiné. A França dominava a maior parte do Sudeste do Pacífico, a Nova Caledónia e dividia as Novas Hébridas com a Grã-Bretanha. Os Holandeses mantinham o controlo sobre as Índias Ocidentais e a parte Oeste da Nova Guiné. Portugal mantinha a soberania na parte Leste de Timor.

Nenhuma destas potências se podia expandir no Pacífico sem ser a expensas de outras e em ostensiva violação dos tratados em vigor. Para o Japão, a expansão para o Pacífico e a consumação do sonho imperialista implicava, sem margem para dúvidas, o conflito com as potências ocidentais, em particular com os EUA.

Uma das poucas instituições que espelhavam o Japão como moderna potência mundial era a sua Marinha Imperial que, de uma organização insipiente com um conjunto de navios passou à Marinha de Guerra mais poderosa da Ásia. Procurando libertar-se do controlo e influência do Exército Imperial ao mesmo tempo que reivindicava uma maior fatia do orçamento, a MIJ constituiu-se como uma poderosa força não só militar mas também política, que influenciou de forma muito marcante a própria sociedade japonesa.

No período entre a I e a II Guerras Mundiais, a Royal Navy e empresas de armamento britânicas, levadas pela ambição de garantir contratos lucrativos, continuaram a aconselhar e a investir nas forças armadas japonesas, contribuindo assim para o declínio da posição estratégica do Reino Unido na Ásia. A criação e desenvolvimento da capacidade aeronaval foi uma das áreas

privilegiadas, tendo sido um piloto britânico a fazer os primeiros testes de descolagem e aterragem em porta-aviões.

A CAMINHO DO FIM

Se o expansionismo japonês, entre 1906 e 1921, foi o cimento que uniu a MIJ, os tratados de limitação naval, ocorridos entre 1921 e 1935, levaram à sua divisão e ao surgimento de fações nacionalistas pró e anti-tratados. A marginalização dos elementos moderados que apoiavam os tratados de limitação naval teve como consequência o abandono das negociações e a intensificação da política de expansão. Assim, em 1937 o Japão atacou a China, enquanto na Europa Hitler e Mussolini se compraziam a deitar para o caixote do lixo o Tratado de Versalhes, perante a inação das democracias ocidentais, com as agressões na Etiópia, na Renânia, em Espanha, na Áustria e na Checoslováquia.

Em 1941, com uma Marinha no auge da sua capacidade bélica e com vantagem qualitativa e quantitativa sobre a Marinha americana no Pacífico, a oligarquia japonesa decidiu encetar a guerra na sequência do embargo de petróleo que os EUA implementaram para pressionar o Japão a inverter a sua política. Quando, em dezembro de 1941, o Japão se precipitou na guerra com os EUA, a MIJ era a terceira marinha mais poderosa do mundo. Em menos de uma geração, o Japão passou de um aliado estratégico da Grã-Bretanha, fortemente dependente em tecnologia e conhecimento, para um inimigo implacável, capaz de infligir pesadas derrotas às forças armadas britânicas como se verificou no início do novo conflito no Pacífico, em dezembro de 1941, com o afundamento do couraçado *Prince of Wales* e do cruzador *Repulse* e a tomada de Singapura.

A guerra no Pacífico, iniciada com o ataque surpresa a Pearl Harbor em dezembro de 1941, terminou com a rendição incondicional do Japão em setembro de 1945, corolário da incapacidade japonesa de planear e de sustentar uma guerra de atrição contra uma potência cujos recursos e capacidade industrial eram impossíveis de superar. O afundamento, pela aviação americana, do supercouraçado *Yamato*, ícone da Marinha e da nação japonesa, em abril de 1945, foi o ato simbólico de uma tragédia anunciada: a completa aniquilação da MIJ.



“Yamato”, o maior e mais poderoso couraçado de sempre. Entrou ao serviço em dezembro de 1941. Foi o último “capital ship” japonês a ser afundado pelos americanos, em abril de 1945.

D. DINIS

A VISÃO DO ESTADISTA, A OBRA MARCANTE E A ENVOLVENTE POLÍTICA EUROPEIA

O reinado *dionisino* tem sido abordado, estudado e comentado por historiadores e especialistas medievais da primeira Dinastia num quadro material em que assumem particular importância a Concordata, as inquirições, o Tratado de Alcañices, a Ordem de Cristo, a institucionalização do Estudo Geral (1288), o apaziguamento da política eclesiástica, os aperfeiçoamentos administrativos e o controlo económico, a designada política anti-senhorial e a criação da Marinha de Guerra (1317), e bem assim a definição territorial de Portugal (1297)¹ no quadro da estabilidade da política peninsular.

Poderá ser esta a matriz para desenvolver um artigo, mas, felizmente, nas últimas duas décadas e meia têm sido produzidos significativos trabalhos de análise sobre todas estas dimensões, como os de José Mattoso, Homem de Carvalho, Maria Helena Cruz Coelho, Bernardo Sá-Nogueira ou Sotto Mayor Pizarro, além do recurso que sempre temos às obras estruturantes de Joaquim Veríssimo Serrão, Magalhães Godinho, Oliveira Marques, Emília Cordeiro Ferreira e José Hermano Saraiva. Parecem existir, contudo, alguns relevantes aspectos a aprofundar quanto a um reinado que foi marcante para uma fase em que os especialistas por vezes designam, em termos de organização de poderes, justiça, legislação e política interna e fiscal, como *transição* entre o período medieval de construção e expansão –

Séculos XI a XIII – e uma fase mais trecentista na qual o monarca, em termos de perfil e obra, decididamente melhor se enquadrará. Falamos da política de descentralização do poder e da política de controlo régio do poder senhorial, questão directamente agregada à institucionalização do poder legislativo e judicial.

É nesta dimensão de análise que é cometida a D. Dinis, inúmeras vezes, por exemplo desde o valiosíssimo contributo de Frei Francisco Brandão, a *refundação* da Nação Portuguesa, sendo considerado o início de um *novo tempo*, tendo o monarca sido precursor em inúmeros pilares estruturantes da edificação de Portu-

gal. Mas, para que a avaliação deste monarca possa ser enquadrada na envolvente complexa do final do Século XIII e fase inicial do século seguinte, um dos supramencionados aspectos que é útil aprofundar é, precisamente, o do enquadramento europeu da sua época, com especial ênfase em Inglaterra, França e Castela. É deste enquadramento político europeu que partiremos para aferir, em especial, algumas marcas relevantes do seu reinado.

I. BREVE ENQUADRAMENTO POLÍTICO EUROPEU

D. Dinis nasceu em 1261. Reinava em Inglaterra Henrique III (1216-1272), filho de João Sem Terra, monarca que perdeu os territórios feudais que a coroa inglesa tinha em França (derrotas de 1229 e 1249), tendo restado apenas a Aquitânia – quadro firmado pelo Tratado de Paris de 1259, assinado por ele e por Luís IX² (conhecido como *St. Louis*) –, e que ficou marcado por frontal cisão e guerra civil com a alta nobreza, pelo exercício de autoritarismo régio – através dos *Sheriffs* – perante a pequena nobreza local e a burguesia mercantil das cidades. Eduardo I, *Longshanks* (1272-1307), o seu sucessor, foi um rei totalmente diferente, estratega, construtivo, que privilegiou o planeamento e o importantíssimo equilíbrio de poderes com o parlamento dos seus barões, promoveu a base jurídico-organizativa do reino, sustentando-se na escola de juristas de Oxford – que aproveitaram as bases do direito romano adaptando-o à realidade inglesa – tendo estendido a *common-law* a todo o reino. *Longshanks* actualizou o famoso *Domesday Book*³ (1274), estabelecendo com maior rigor os limites senhoriais dos nobres, bem como controlou com maior eficácia os privilégios senhoriais do clero, aspecto que seria de relevante importância, como veremos, para o reinado dionisino.

Eduardo I, por muitos tido como o primeiro grande monarca inglês (não obstante ser já o 9º desde William), definiu os limites jurisdicionais de Inglaterra, tendo conquistado Gales (1282-1284)⁴, e mantido um longo período de conflito com os escoceses, cujo momento fulcral foi a revolta comandada por William Wallace em 1297, num quadro de constante revolta o que, durante séculos, nunca permitiu uma situação de subordinação da nação escocesa.⁵ Eduardo II, que lhe sucedeu em 1307, seria soberano num reinado fraco, inábil, instável, ditado por inúmeros escândalos pessoais e de corrupção,

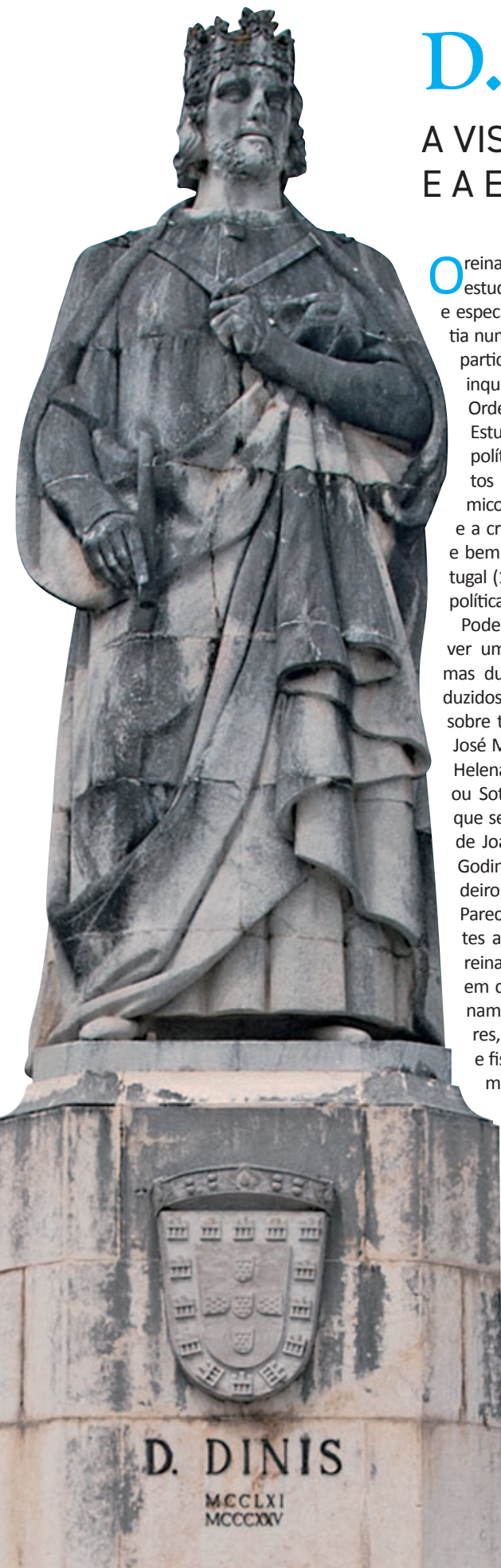


Foto SMOR L Almeida de Carvalho

com sucessivas e determinantes perdas em termos militares, designadamente com os escoceses, tendo sido barbaramente assassinado⁶ em Berkeley, em 1328.

Em França, ao invés do progressivo encontro de equilíbrio entre o poder do monarca e o *parlamentarismo* dos nobres⁷, verificou-se um constante processo de *reforço* da autoridade régia, o que foi marcante logo desde Filipe II (1180-1223), com o objectivo de recuperar, entre outros, a Normandia, Anjou, Poiter e a Aquitânia, todos na posse dos reis ingleses, e o controlo dos grandes senhorios feudais da Flandres, Blois, da Champagne e da Borgogne. O processo continuou com Luís VIII (1223-1226) e com *St. Louis* (1226-1270), solidificando-se o poder centralizado e reforçando-se o controlo administrativo com a publicação das *Grandes Ordenanças* de 1254 e 1256, que incluíam matérias como os deveres dos agentes administrativos (bailios, senescais e prebostes). É, também, com este monarca que Paris se assume como capital política e administrativa do reino, bem como se institucionalizam as bases político-organizativas do Estado francês: o *conselho* (órgão deliberativo do monarca), o *Parlamento*⁸, a *Câmara*, que tinha funções de fiscalização económica e fiscal, e a *Universidade de Paris*, base de formação das elites e servidores do rei. É com *St. Louis* que é assinado, em 1258, o Tratado de Corbeil, em que França e Aragão (Jaime I) estabelecem as fronteiras externas entre ambas as Nações.

Mas é, indubitavelmente, com Filipe IV, o Belo (1285-1314), que a autoridade régia atinge o seu ponto medieval máximo, sendo que, para assegurar um reforço dos cofres do Estado, o rei assumiu um plano de *imposição fiscal* a banqueiros – em especial, italianos e judeus –, um processo circunstanciado de desvalorização da moeda, bem como a conhecida apropriação dos bens dos templários e a sua extinção (1312)⁹. Para conseguir o apoio da população, e com mestria estratégica, o monarca admitiu representantes dos cidadãos nos *Estados Gerais* a partir de 1302. Depois de Filipe, o Belo, e depois dos reinados dos seus filhos, extinguir-se-ia a dinastia dos Capetos, o que viria a ter consequências gravíssimas na moldura política europeia, com a Guerra dos Cem Anos (já no reinado do nosso Rei Afonso IV).

Relativamente a Castela, Afonso X – em 1252 – recebeu de Fernando III um reino que já incluía Leão e Castela (1230), Córdoba (1236), Jaén (1238), Múrcia (1242) e Sevilha (1248), tendo acrescentado aos territórios que seu pai já unificara Cádiz e Niebla (1262), ficando ainda por agregar o vasto reino de Granada, o que, face à revolta de 1267 e ao processo que ocasionou, ainda demoraria mais de dois séculos. Afonso X investiu numa forte base jurídica para a organização

do Estado, sublinhando-se o *Fuero Real*, as *Partidas*¹⁰ como documentos fundamentais que tratavam e regulavam matérias como o exercício de poder régio e a administração da justiça; por tal razão, as *Partidas* são consideradas um relevantíssimo trabalho em termos de codificação do direito comum-pleno medieval.

Na crise sucessória, depois das cortes de Segóvia de 1278 – devido à potencial ascensão de D. Sancho ao trono – Filipe III de França exerceu forte pressão para que Afonso de Lacerda (seu sobrinho) fosse declarado herdeiro, tendo mesmo ameaçado invadir Castela. D. Sancho acabaria por se incompatibilizar com o pai, Afonso X, depois das cortes de Sevilha de 1281. Aliás, numa reunião de Valhadolid (1282), Sancho avançou com o apoio do médio clero, dos homens bons e a burguesia dos concelhos e com parte da nobreza, *depondo* o pai, facto que ocasionou a guerra civil em Castela. O rei português D. Dinis – neto de Afonso X

Castela ver-se-ia *confrontada* com importantes vitórias políticas de D. Dinis em termos de anexações territoriais para Portugal e até para Aragão – no caso português com o Tratado de Alcañices (em Zamora) de 1297, firmando a agregação a Portugal de toda a importante região do Ribacoa e outros territórios mais a Sul como Campo Maior¹². Este acordo tinha uma visão estratégica mais vasta com vista a assegurar os termos de paz na Península, tendo tido desenvolvimentos políticos marcantes designadamente com o casamento da princesa Constança, filha do rei português, com o rei castelhano, e do Infante Afonso de Portugal (futuro Afonso IV) com Beatriz, a irmã de Fernando IV.

Apenas com a maioria de Afonso XI, em 1325 – precisamente ano em que faleceu D. Dinis –, se começou a assistir a uma *recuperação* da autoridade régia castelhana, percurso que foi prosseguido com a dinastia Trastâmara e, claro, com a posterior ascensão dos Reis Católicos.



– apoiou o príncipe revoltoso, acção similar assumida, igualmente, por Pedro III de Aragão. Sancho (IV) viria a ser coroado em Toledo em 1284, iniciando um reinado confuso, instável, em constante confronto com a nobreza, e envolvido, até, em polémicas com o Papa Martinho IV¹¹.

Quanto ao perigo muçulmano, na altura uma questão envolvendo elevadíssimo risco, já Afonso X tinha tentado conquistar Algeciras com vista ao controlo de Gibraltar, e impedir desta forma os ataques de pirataria que tinham como objecto as rotas marítimas do Mediterrâneo para a Flandres. No reinado de seu filho, Sancho IV, com o apoio de Jaime II de Aragão e também com o de Génova, foi conquistada a praça de Tarifa em 1282, uma importante e estratégica base naval. Mais tarde, a conquista de Algeciras – que daria o controlo total do Estreito – falhou, pois o rei morreria em Abril de 1295.

Já com Fernando IV, filho de Sancho IV,

II. A MARCA REINANTE DE D. DINIS

Como bem se percebe da envolvente que brevemente vem supramencionada, existia uma *linha condutora* assumida pelos reis cristãos do ocidente europeu, e que se sustentava, em essência, em quadro ordens de prioridades: a organização jurídica e administrativa do Estado, o exercício da autoridade régia sobre o poder senhorial, a institucionalização das bases do conhecimento e da formação de elites e a estabilização da definição territorial e defesa do reino. D. Dinis foi, durante os 46 anos do seu longo reinado, absolutamente marcante em todas elas. Abordaremos, em especial, as questões da defesa, desenvolvimento territorial e controlo senhorial, e a criação do *Estudo Geral* e o seu impacto.

Em termos de enquadramento familiar, o pai de D. Dinis era primo do Rei *St. Louis*,

e de Carlos de Anjou, isto é, era primo próximo dos reis Filipe III e IV de França, cuja governação, aliás, coincidiu no tempo histórico com o seu reinado. A mãe era sobrinha de Eduardo I de Inglaterra, pelo que o rei português era primo segundo do monarca inglês e primo (3º grau) de Eduardo II (1307-1327). Com o seu casamento com Isabel de Aragão, D. Dinis tornar-se-ia genro de Pedro III de Aragão (que conquistou a Sicília) e, portanto, cunhado de Afonso III e Jaime II. Este quadro de vínculos familiares permite ver, com clareza, o âmbito das alianças político-diplomáticas com aquelas nações que, durante as décadas *dionisinas*, se foram conseguindo firmar, designadamente o papel muito relevante que teve nas longas disputas entre Castela e Aragão, em especial nos desenvolvimentos ocorridos já nos primeiros alvares do Séc. XIV (com a sentença arbitral de Torrellas de 1304).

DEFESA, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E CONTROLO SENHORIAL

O reinado *dionisino* foi determinante no reforço das linhas de defesa de Portugal e num reforço estrutural em termos de edificação de castelos e torres de defesa, em especial nas grandes áreas interiores do Alentejo, em toda a *raia* beirão e em terras de Alto Douro, sendo que, já depois de Alcañices, as políticas de solidificação defensiva e de povoamento do reino seguiram em paralelo, também porque os novos forais concedidos – e foram várias dezenas – implicavam a protecção das populações.

Assim – matéria que aqui se aborda de forma sumaríssima, como impõe o presente espaço de comentário – D. Dinis construiu mais de 50 castelos e outras estruturas arquitectónicas militares, com especial empenho nas fronteiras com Leão e Castela. Este movimento foi enquadrado pela intenção de edificar fortificações segundo os modernos princípios do castelo gótico, com a relevante presença de torres barbacãs e de menagem e reforço de grandes portas, implementação do número de torres adossadas às muralhas, abertura de caminhos exteriores de rondas e os famosos balcões mata-cães.

Num contexto de análise da envolvente governativa, e da própria personalidade do monarca, e seu sentido do exercício do poder, consideramos fundamental atentar noutro eixo do reinado, que é o controlo da política senhorial e da progressiva sedimentação da centralidade. Assim, assume particular relevância a *Lei das Apelações* (1282) – em que se afirma a superioridade da justiça régia face à justiça particular –, a *lei da desamortização dos bens do clero* (1282), as *inquirições dos bens da nobreza* (1284), e bem assim a recuperação para a Coroa

de senhorios dados pelos seus pai e avô a barões, como sejam os do Alvito, Arronches, Portel, Marvão, Portalegre e Vidigueira (por vezes concedendo outras vilas e coutos em troca, estrategicamente menos relevantes, numa acção que, aparentemente, dava mais benefícios à nobreza que ao monarca).

A designada *senhorialização* do território – sobretudo entre Douro e Minho e em Trás-os-Montes – prosseguiu conjuntamente num quadro de *reordenação* do espaço, implicando a fundação e protecção de unidades monásticas (beneditinas), que foi muito a marca medieval do designado Norte Senhorial, e a mobilização de famílias nobres dos antigos coutos montanhosos para áreas mais produtivas, fenómenos que, sendo reordenadores de sedimentação da população, contribuiu para um acréscimo das cartas de foral a partir de finais do Séc. XIII. Foi neste contexto que assumiram especial importância as *inquirições* de 1288 (que foram sequência das *alçadas* de 1258) e as *sentenças* de 1290¹³ e, já em 1300, a subjugação do seu irmão e nobreza que o apoiava.

Pode, assim, afirmar-se¹⁴ que a grande fase que se prolongará até final do Séc. XIII¹⁵ corresponde – tal como em Inglaterra e França – à consolidação do *regime senhorial* da nobreza rural, a qual foi evoluindo para uma nobreza familiar que foi ganhando poder face à aquisição de mais autoridade política e aos ganhos militares com o progressivo acréscimo territorial nas

fronteiras muçulmanas. Do final do Séc. XIII até meados do século seguinte, acentuou-se o aumento da autoridade régia, conjugado com a crescente dificuldade em criar novas honras ou domínios mais extensos, bem como o posicionamento das ordens militares a Sul do Tejo e a política de criação senhorial do próprio rei¹⁶.

A UNIVERSIDADE E A SOLIDIFICAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO ESTADO

Embora alguns autores defendam que os primórdios da universidade portuguesa possam ser encontrados na *Escola de Santa Cruz* (Coimbra), onde Afonso Henriques criou a sustentação das suas elites políticas, é, sem dúvida, com D. Dinis que se assiste à institucionalização definitiva – algures entre 1288 e 1289, podendo mesmo ter ocorrido antes – do designado *Estudo Geral* de Lisboa. É isto que se retira do documento de Montemor-o-Novo, de 12 de Novembro (1288), enviado ao Papa Nicolau IV para que este concedesse a sua confirmação e protecção para o *Estudo* (que seria financiado por rendas de diversos mosteiros e igrejas portuguesas). A validação papal¹⁷ chegaria com a Bula *De Status Regno Portugalie* de 9 de Agosto de 1290, na qual o Pontífice confirmava a *fundação* da universidade com 4 áreas do conhecimento, Leis, Cânones, Medicina e Artes, sendo que, já meio ano antes, D. Dinis tinha promovido medidas internas de protecção do *Estudo Geral*, e aos estudantes.



Crédito fotográfico da Câmara Municipal de Odvelhas

Uma das grandes prioridades que fundamentavam o pedido ao Papa – que foi subscrito, como é sabido, pelos priores de Santa Cruz de Coimbra, de S. Vicente de Fora, de Santa Maria de Guimarães e da Alcáçova de Santarém, além dos reitores de mais de 10 igrejas entre as quais Sintra, Mafra, Beja e Santarém – era, como ensinam Oliveira Marques e José Mattoso, permitir ao monarca reconhecer “a importância do conhecimento das leis como base necessária ao bom governo dos povos. Afirmava-se, assim, o peso que os estudos jurídicos teriam entre as várias disciplinas do Estudo Geral.” Mas havia, em especial, uma outra motivação, e que teria o seu enquadramento nas lições que o soberano português apreendia com os seus primos das coroas inglesa e francesa (que já antes abordámos). É que a formação intelectual – de quem tinha possibilidades económicas de estudar em universidades europeias – podia sedimentar-se em Portugal, e, assim, potenciar o fortalecimento do aparelho organizacional fiscal, administrativo e judicial, o que se prende directamente com a supramencionada política de reforço da autoridade régia e de controlo do poder senhorial (laico e eclesiástico).

D. Dinis pretendia, com a sustentação deste pilar, desenvolver o Estado como sede de formação jurídica fora dos círculos controlados directamente pelo poder eclesiástico, o que se enquadrava¹⁸ num intuito claro de instituir uma política de nacionalização que se sustentava na defi-

nição de fronteiras, reforço da defesa militar, controlo das ordens religiosas – retirando-as da sujeição a Castela – e a adopção do português nos documentos oficiais, estratégia concertada onde, como ensina o ilustre historiador, teve um papel determinante a criação de um “corpo de clérigos e de juristas que poderiam colocar os seus conhecimentos ao serviço da Igreja e da administração pública nacionais”. A Universidade portuguesa, que já perfez 731 anos, é, seguramente, uma das 10 mais antigas da Europa¹⁹, e é a simbologia estrutural do marcante reinado dionisino.

D. Dinis foi – de entre os 35²⁰ reis de Portugal – um monarca de excelência, culto, estratega, dinamizador, poeta, bem como um astuto e influente diplomata, que dedicou os seus 46 anos de reinado à solidificação definitiva de Portugal o qual, quando o monarca subiu ao trono, já tinha, como Nação, 171 anos. Independentemente de, amiúde, ser designado como o *Rei Poeta*, o *Rei Lavrador*, o *Edificador* ou mesmo o *Pai da Pátria*, criador da Marinha (em 1317), e visionário, D. Dinis marca de forma única e absolutamente estruturante a viragem do velho Portugal visigótico e medieval para um Estado mais moderno, organizado, portanto, mais preparado para a epopeia universal que a Nação Portuguesa, 9 décadas depois da sua morte (1325), viria a empreender.

Dr. Luís da Costa Diogo
Diretor Jurídico da DGAM

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico

Notas

¹ Não obstante o processo de conquista do território continental português ter findado em 1248.

² *St. Louis*, por muitos autores considerado o mais mítico monarca francês, fundou a Sorbonne em 1257, foi o edificador da Saint-Chapelle em Paris, tornou-se uma figura lendária das 7^a e 8^a cruzadas – embora tenha saído derrotado nas batalhas de Al Mansurah e de Fariskur –, formalmente foi rei de Chipre e de Jerusalém, tendo ainda obtido uma grande vitória perto de Tunes (8^a cruzada) onde viria, aliás, a morrer (de peste).

³ Manuscrito que constitui o resultado de levantamentos patrimoniais e de terras executado em Inglaterra e parte de Gales, determinado por William em 1086, com vista à percepção da tipologia de domínios senhoriais existente no reino que conquistara duas décadas antes, também com o objectivo de aferir que nível de impostos poderia ter para a coroa.

⁴ A conquista deu-se com a derrota do príncipe galês Llywelyn, sendo por tal facto que, desde então, o herdeiro da coroa inglesa usa o título de Príncipe de Gales.

⁵ Foi Eduardo I que, ao derrotar os escoceses em 1296, se apropriou da *Stone of Scone* – pedra sobre a qual os reis escoceses eram coroados – e a levou para Westminster tendo mandado construir a *Coronation Chair*, o simbólico trono no qual são, desde então, coroados os reis ingleses, precisamente para colocar a pedra por baixo, numa simbologia-limite do absoluto poder régio sobre a Escócia; depois de um longuíssimo período de disputa e de confronto, a *Stone of Scone* voltaria a Edimburgo em 1996.

⁶ Ao que se sabe, por ordem da própria rainha, Isabel de França, que nunca teve com ele um casamento franco e verdadeiro, muito devido às escolhas pessoais do monarca e ao constante escândalo com que este decidia viver na corte.

⁷ Como ensina Sotto Mayor Pizarro.

⁸ Cujas matriz de competência incluía funcionar como *supremo tribunal*.

⁹ Com a execução do Grão-Mestre em 1314.

¹⁰ Que desenvolveram o *Speculum Regis*.

¹¹ Muito por causa do seu casamento com Maria de Molina, sua prima em terceiro grau, o que ocasionou inúmeras dificuldades no relacionamento de Castela com a Santa Sé, vínculo que era absolutamente determinante para os reis cristãos no período medieval.

¹² Facto que, nos seus 891 anos de história enquanto Nação (1128-2019), dá a Portugal a extraordinária simbologia de ter as mais antigas e sólidas fronteiras da Europa – estão a fazer 772 anos – e, com grande probabilidade, do mundo.

¹³ Estas inquirições em que o rei visava os bens ilegalmente apropriados pela nobreza – no fundo, o processo de controlo do *Domesday Book* inglês – era uma acção que o monarca compensava com um equilíbrio de decisões quanto à perda dos seus (nobreza) bens para as ordens religiosas, a qual executou com significativa clarividência. No fundo, o que o rei fez foi limitar e conter as jurisdições senhoriais. Coexistiu com esta linha de poder a *fortificação* de coutos e honras através da edificação das célebres torres medievais portuguesas (ver a colossal obra de Carlos de Azevedo de 1969) em senhorios patrocinados pelo poder régio, bem como a destruição de dezenas delas construídas sem a autorização régia.

¹⁴ Seguindo aprofundada análise de José Mattoso e Sotto Mayor Pizarro.

¹⁵ De Sancho I a Afonso III e a primeira década de D. Dinis.

¹⁶ Beneficiando infantes e a alta nobreza que tinha (ou criou) laços de sangue com a Casa Real.

¹⁷ Já depois de assinada a *Concordata* de 1289.

¹⁸ Conforme entende José Mattoso.

¹⁹ Sendo as mais antigas, cronologicamente, naturalmente depois da institucionalização de Bolonha (1088) – a única criada no Séc. XI –, Paris, Salamanca e Oxford (1170), Arezzo (1215), Pádua (1222), Nápoles (1224), Montpellier (1230-1240), Orleans (1236), Avignon (1303), Valladolid (1304), Perugia (1307), Siena (1357) e Viena (1365). Ver estudo desenvolvido que aduzimos em “*Noções e Conceitos Fundamentais de Direito*”, QuidJuris, 2007.

²⁰ Como o signatário já defendeu em trabalho anterior, deve incluir-se a Rainha Teresa neste longuíssimo elenco designadamente face ao tratamento régio que lha era dispensado inclusivamente pelo Papa.



HACKING

ONDE O GÊNIO CHOCA COM A CRIMINALIDADE

Quase não há rede social ou órgão de comunicação social que não faça menção das atividades que ocorrem no ciberespaço, sobretudo se for pelas piores razões, i.e., se for alusiva a incidentes nas atividades informáticas. Em Portugal a atividade de *hacking* é um tema recorrente, habitualmente (e erroneamente) com uma conotação negativa. Mas o que é realmente o *hacking*? Será uma atividade criminosa, uma infiltração¹ em redes de difícil acesso? Ou será antes um desafio, o conseguir ultrapassar algo tido como impossível ou impenetrável?

DEFINIÇÃO E CRITÉRIOS

De facto, o termo *hacking* é muito lato, sendo não só aplicado ao ciberespaço, mas também a tudo o que envolva a quebra ou transposição de algum tipo de barreira. Os próprios agentes realizadores deste tipo de ação também são muitos e variados. No que concerne à aplicação do termo no ciberespaço, existem atualmente técnicos especializados (possuidores de valências reconhecidas e acreditadas) e organismos e/ou empresas especializadas na área da segurança informática, segurança de redes e da própria informação nelas contida, que utilizam as suas capacidades como prestadores de serviços. Mas os elementos *hackers* mais interessantes de estudar (assim como os seus desafios) são aqueles que, sem valências acreditadas, são ainda assim possuidores de grandes conhecimentos informáticos, capacidades de ação, interesse e/ou vontade de os pôr em prática.

Para a pessoa que realiza a atividade de *hacking*, independentemente de o fazer enquanto *hobby* ou serviço, ela é, *de per se*, uma atividade especializada que envolve a busca, o estudo, o teste e a penetração num determinado sistema ou rede informática, detetando falhas ou vulnerabilidades (Palmer, 2001). A conotação negativa do *hacking* deve-se à sua utilização para fins maliciosos, sendo normalmente a única que é reportada pela comunicação social. Para um técnico especializado ou um organismo de segurança, o *hacking* só é considerado negativo ou como uma atividade criminosa no ciberespaço, quando envolve uma intenção maliciosa, uma infiltração em determinada rede ou sistema informático de forma não consentida, para roubo de informação, causar danos ou neutralizar essa rede ou sistema.

SUBDIVISÕES DO HACKING

O termo *hacking* não consta na Lei nº 109/2009, de 15 de setembro, referente ao cibercrime em Portugal (adaptada da Lei Europeia referente ao Cibercrime, elaborada após a Convenção de Budapeste). No entanto, nessa mesma Lei, estão lá descritos as definições e os exemplos de possíveis atividades criminosas e/ou ilícitas, passíveis de ocorrerem no ciberespaço. Tal facto acaba por ter um toque irónico para o *hacker*. A própria atividade de *hacking* divide-se em três subactividades principais, relacionadas com as intenções dos seus autores:

– *Ethical Hacking* (a formação) ou *White Hat Hacker* (o especialista bem intencionado), alusiva à atividade de *hacking* levada



a cabo de forma consentida, sem intenções maliciosas, que tem como objetivo melhorar as redes e os sistemas informáticos, reportando as falhas detetadas e sugerindo, até, possíveis soluções.

– *Cracking* (quebra de *software* protegido) ou *Black Hat Hacker* (o especialista mal intencionado), alusiva a atividades de penetração nas redes ou sistemas de forma não autorizada, com o fim de tirar algum tipo de proveito ou cumprir com um determinado objetivo.

– *Grey Hat Hacker* (considerado por alguns especialistas o grau intermédio dos dois anteriores), alusiva à zona cinzenta da atividade de *hacking*, i.e., cujo propósito não é o ganho pessoal mas recorrendo, ainda assim, a métodos ilegais e/ou eticamente discutíveis.

A comunicação social leva-nos a pensar que, na atividade de *hacking*, são mais as más intenções que ocorrem, puníveis por lei e movidas quer por recompensas monetárias (roubo/burla/serviços ilegais) quer por causas políticas, religiosas ou outras. Os seus autores são apelidados de *hacktivists* e podem inclusive ser considerados agentes *proxy*².

COMBATER O MAL COM O BEM

Há, porém, muitas pessoas, sobretudo autodidatas, que auxiliam na manutenção da *internet* como a conhecemos hoje – uma plataforma e/ou sistema neutro e seguro para contactos entre pessoas, partilha de informação e conhecimento, longe do domínio de qualquer soberania, estatal ou privada. Também os elementos fundamentais, as estruturas críticas e as chaves de acesso da Internet estão, teoricamente, fora do alcance de determinadas estruturas e/ou organismos, e certos elementos-chave bem seguros, donde as ações de *hacking* “branco” apenas pretendem zelar pela manutenção de uma internet segura e fiável.



Para qualquer pessoa se tornar minimamente proficiente na atividade de *hacking*, vai precisar de tempo e dedicação; só assim será uma boa entendedora das capacidades e pormenores do ciberespaço. Atualmente muitas empresas e organizações estatais tentam recrutar estes elementos, de modo a tirarem proveito das suas capacidades e conhecimentos técnicos. Os Estados Unidos são conhecidos por promover conferências e concursos dedicados ao *hacking* e *counter-hacking*, como o DEF CON³ ou, mais recentemente, o ‘*Hack the Pentagon*’, onde se avalia o tempo que leva a fazer infiltrações de sistemas e as respetivas defesas e recuperações. Os elementos que mais se destacam nesses eventos são, muitas vezes, contratados; as empresas e organizações conseguem assim grandes talentos a nível informático para os seus quadros.

Steve Jobs e Steve Wozniak, os fundadores da *Apple*, eram *hackers* assumidos, com um grande interesse e perícia em redes e sistemas informáticos. Graças ao seu génio, compreenderam como funcionavam os sistemas informáticos na altura e aproveitaram para eliminar falhas e refazer configurações, fundando assim o seu império.

MAIS EXEMPLOS DO HACKING

Outros exemplos práticos de *hacking*:

– Se um cidadão de um país autocrata conseguir furar o sistema de segurança informático para denunciar um caso de corrupção, ou crime, não estará a cometer um ato ilegal (se não tivermos em conta o ponto de vista desse Estado), mas sim altruísta.

– Se uma organização contra a corrupção, que apregoa um bem maior mas que se infiltra no Ministério das Finanças de um

Estado e provoca um DDoS⁴ apenas para se insinuar, estará a efetuar um ato criminoso.

Em conclusão, a atividade de *hacking* é uma área muito cinzenta, não existindo áreas pretas e/ou brancas claramente definidas. A separação entre um *hacker* altruísta e um cibercriminoso é uma linha muito ténue – “*one man’s terrorist is another man’s freedom fighter*”. Tudo é dinâmico no mundo do *Hacking*, começando pelas intenções, continuando com os métodos e acabando nos resultados. Poderá ser difícil averiguar se um determinado ato de *hacking*, *de per si*, é ou foi realmente um ato criminoso; mas a condenação a nível individual será sempre possível, desde que se utilizem os recursos adequados. Um *hacker* poderá não ser propriamente um criminoso, mas um cibercriminoso será, quase de certeza, um *hacker*.

 **Martins Morgado**

1TEN

Cunha Teixeira

1TEN

Notas

¹ É usado neste artigo o termo ‘infiltração’ e não ‘invasão’, por este último estar habitualmente conotado com atividades político-militares e não como uma atividade criminosa.

² O termo é alusivo às *proxy wars* ou guerras por procuração, sem envolvimento direto dos principais interessados. São pois agentes terceiros, apoiados direta ou indiretamente por Estados e/ou organizações, que vão cumprir missões e/ou alcançar objetivos não próprios mas do interesse para a persecução das estratégias desses estados ou organizações.

³ Concurso atualmente copiado e exportado para outros países como a China e a Rússia, face aos resultados obtidos nos Estados Unidos.

⁴ DDoS – *Distributed Denial of Service*.

OPERATIONAL SEA TRAINING (OST)

INTERNATIONAL FÓRUM



REUNIÃO ANUAL

A reunião anual do *Operational Sea Training (OST)* foi pela primeira vez realizada em Portugal no passado dia 26 de setembro, tendo decorrido no Centro de Comunicações de Dados e de Cifra da Marinha VALM Moreira Rato.

Este *International Forum* realiza-se desde 2015 e conta com a participação das Marinhas parceiras (Portuguesa, Inglesa, Alemã, Holandesa, Norueguesa, Dinamarquesa e Belga), que contribuem e treinam no *Flag Officer Sea Training (FOST)* em Inglaterra. Na reunião analisam-se e discutem-se todos os requisitos que enquadram a evolução do treino no FOST, os novos projetos e desafios, sempre com o objetivo primordial de certificar navios de guerra para o seu emprego em missões da NATO.

Esta edição contou com 22 participantes das nacionalidades acima referidas; a delegação nacional foi constituída pelo Diretor do Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval (CITAN), CMG Salvado de Figueiredo, e pelo Chefe do Departamento de Treino e Avaliação (DTA) do referido Centro, CFR Sousa Miranda.

TEMAS APRESENTADOS

Entre muitos assuntos, foi abordado o novo guia internacional do OST, que se encontra disponível para consulta de todos os países, bem como a mais-valia decorrente das nações parceiras manterem avaliadores permanentes no FOST. Para os próximos dois anos prevê-se poder contar com a participação dos porta-aviões ingleses e respetivos “*carrier strike groups*”, e incrementar a utilização de veículos não tripulados. Face aos resultados positivos na evolução do treino decorrente da aposta no *Live Virtual Constructive Training (LVC-T)* e na utilização de técnicas de *coaching* na condução e avaliação das séries, tais iniciativas irão manter-se.

Na fase das apresentações a cargo das Marinhas parceiras, foram abordados: (i) a aposta alemã no conceito *multi-crew*, o qual implicará, necessariamente, mais planos de treino, mais simuladores e a necessidade da existência de uma ligação entre os simuladores da batalha interna e da batalha externa; e (ii) o acidente marítimo do qual resultou o afundamento da fragata norueguesa *Helge Instad*, mais precisamente o modo como a Marinha Norueguesa se organizou para apoiar e voltar a integrar a guarnição do navio na esquadra, e a forma como colaborou na investigação do incidente, retirando e identificando importantes lições e indo publicar um relatório (em língua inglesa) com ampla divulgação.

Do lado nacional, coube ao CFR EN-AEL Rocha Coelho, Chefe do Gabinete de Armas e Eletrónica do CITAN-DTA, a apresentação do Sistema de Informação de Manutenção dos Padrões de Prontidão Operacional (SIMPPPO). Foram abordados os objetivos do SIMPPPO, as funcionalidades existentes – utilizadas na gestão dos planos de treino periódicos e treino de porto – e os desenvolvimentos em curso associados ao treino próprio dos navios.

ENCERRAMENTO

A importância deste *forum* reside na identificação de sinergias e novos requisitos inerentes a um treino que se quer que: (i) seja evolutivo; e (ii) utilize novos sistemas e tecnologias em prol das Marinhas. No final, o *Commander Operational Training (COMOT)*, Comodoro RN Simon Huntington, agradeceu a disponibilidade de Portugal em receber esta edição do *International OST Forum*, que considerou particularmente proveitosa e útil. Terá sido a edição que reuniu maior número de participantes.



Colaboração do CITAN



ACADEMIA DE MARINHA

SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DO ANO ACADÉMICO E DAS COMEMORAÇÕES DO 50º ANIVERSÁRIO

Em 10 de dezembro, teve lugar no Auditório da Academia de Marinha a Sessão Solene de Encerramento do ano académico e das comemorações do quinquagésimo aniversário, tendo sido presidida pelo Presidente da República, Presidente de Honra da Academia de Marinha.

O Presidente da Academia de Marinha, Almirante Francisco Vidal Abreu, no seu discurso de abertura, após ter citado o verso de *Os Lusíadas* “por mares nunca de outro lenho arados”, que constitui a divisa da Academia de Marinha, saudou e agradeceu a presença do Presidente da República, do Ministro da Defesa Nacional, do Ministro do Mar, e do Chefe do Estado-Maior da Armada, e lembrou que a referida Sessão Solene era o “*resultado do trabalho de uma pequeníssima equipa de militares e civis que, com o imprescindível apoio dos nossos ilustres académicos e com uma notável dedicação e brio, está empenhada no propósito comum de dar a conhecer a nossa história marítima, mas também as várias facetas das artes, letras e ciências ligadas ao mar*”.

Para falar sobre a história da Academia, desde a sua génese em 1969, foi convidado o Académico Comandante Jorge Semedo de Matos, que após uma resenha histórica do que foi a instituição ao longo destes 50 anos, terminou a sua comunicação salientando que “*a Academia de Marinha tomou para si todos os assuntos e sensibilidades do que ao mar e aos homens do mar dizem respeito. E assumiu-o com o sentido patriótico de quem tem a consciência do país que é Portugal, da sua Geografia e da sua História. Um país que deve a sua independência ao facto de viver de mão dada com o Atlântico, que aprendeu a cruzar em todos os sentidos. Tem, pois, um desígnio que é nacional, para onde convergem os resultados de todas as nossas realizações*”.

O Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, também discursou, elogiando o contributo da Academia na promoção de “*uma cultura marítima ampla, verdadeiramente nacional e para quebrar as barreiras entre a arte e a ciência, entre civis e militares*”. Acrescentou que este é o momento de repensar o Atlântico, que tem vindo a ganhar uma nova centralidade geoestratégica.



A finalizar, destacou a conferência das Nações Unidas sobre os oceanos que se realizará em Lisboa, em 2020, desafiando a Academia de Marinha a “*dar o seu contributo no decurso deste grande evento*”.

Após a intervenção do Ministro da Defesa Nacional, o Presidente da República usou da palavra e referiu que quando em janeiro de 2018 assumiu “*a simbólica presidência de Honra desta academia*”, destacou a importância da “*estratégia portuguesa para o mar*” no plano interno e como “*componente decisiva*” da política externa e de defesa nacional.

Passados quase dois anos, o Presidente de Honra da Academia elogiou a forma como a Academia de Marinha, com autonomia científica, “*soube, numa palavra, institucionalizar-se, coisa bem rara numa pátria antiga e sábia, mas avessa a institucionalizações*” e como “*soube desse modo honrar a nossa Marinha e nessa exata medida honrar Portugal. Que mais se poderia sonhar como fruto de meio século de vida, de meio século de serviço a todos nós?*”

A terminar, salientou que “*Portugal evoca, louva e agracia com o título de «membro honorário da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada» a Academia de Marinha, assim homenageando a excelência ao serviço da vocação nacional de Portugal: a convergência entre culturas, civilizações e continentes, sempre através dos oceanos, sempre através do mar*”, tendo de seguida entregado ao seu Presidente as insígnias de Membro Honorário da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, com que condecorou a Academia de Marinha.

Depois da execução do Hino Nacional pela Banda da Armada, o Presidente da República, acompanhado pelo Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada e pelo Presidente da Academia, visitou a nova livraria, onde teve ocasião de apreciar as obras mais emblemáticas recentemente editadas, e na Galeria descerrou um painel de azulejos evocativo da efeméride.

Colaboração da **ACADEMIA DE MARINHA**

UNIDADE POLITÉCNICA MILITAR

UM NOVO MODELO PARA INGRESSO NA CATEGORIA DE SARGENTO

No seguimento da promulgação do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) e do Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana (GNR), o ingresso na categoria de Sargentos das Forças Armadas e da GNR, passou a depender da habilitação com o nível 5 de qualificação, conferido no âmbito do ensino superior politécnico, a que corresponde o ciclo de estudos conducente ao diploma de técnico superior profissional. Para esse desígnio foi criada como unidade orgânica autónoma, no âmbito do ensino superior militar, a Unidade Politécnica Militar (UPM), na dependência do Comandante do Instituto Universitário Militar (IUM), destacando-se na sua missão a preparação dos Sargentos, com vista a desenvolver as suas qualidades de comando, chefia e

chefia técnica de natureza executiva de carácter técnico-administrativo, logístico e de formação. Neste ensejo foi a UPM regulada pelo Decreto-Lei nº 17/2019, de 22 de janeiro, e consagradas as especificidades da componente politécnica do ensino superior militar, no contexto do ensino superior politécnico, representando um importante passo no ensino superior militar, que passa a incluir a formação inicial e de cariz superior politécnico dos Sargentos, que valorizará a categoria, contribuindo para melhores qualificações, desempenhos, atribuições e responsabilidades acrescidas.

Com a finalidade de assegurar a realização dos trabalhos necessários à ativação da Unidade e ao início dos Cursos de Formação de Sargentos (CFS) no novo modelo, foi criado no âmbito do EMGFA um grupo de trabalho (GTUPM) com a participação de representantes de todos os Ramos e da GNR, que organizaram todos os alicerces normativos e estruturais prementes para a criação das condições indispensáveis para a atividade corrente, e que já decorreu na aprovação de alguns dos documentos estruturantes para a ação da UPM, como é o Regulamento Interno.

Na sua estrutura a UPM é constituída pelos departamentos politécnicos da Marinha, do Exército, da Força Aérea e da GNR. O ensino superior politécnico militar será ministrado nestes departamentos e, através destes, nas unidades, estabelecimentos ou órgãos dos respetivos ramos das Forças Armadas e da GNR. Na Marinha o ensino será assegurado no âmbito das escolas e centros de formação do Sistema de Formação Profissional da Marinha (SFPM), com as adaptações necessárias às exigências do ensino superior. Para a edificação do Departamento Politécnico da Marinha (DPM), foi criado na dependência do vice-almirante Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada um grupo de trabalho (GT-DPM) que tem acompanhado, estudado e proposto um conjunto de matérias imprescindíveis para este objetivo.

Para dar sequência aos trabalhos necessários para início do ciclo de estudos no próximo ano letivo 2020/2021, procedeu-se à ativação da UPM por Despacho do ALM CEMGFA, de 3 de dezembro de 2019, tendo o seu Regulamento Interno sido aprovado na



Primeiro Conselho Técnico-científico e Conselho Pedagógico

mesma data. Embora a lotação provisória aprovada para a UPM seja de 19 elementos, a guarnição inicial é, presentemente, constituída por nove militares (4 da Marinha; 3 do Exército; 1 da Força Aérea e 1 da GNR).

O diretor é um comodoro ou brigadeiro-general, na direta dependência do Comandante do IUM em rotatividade entre a Marinha, o Exército, a Força Aérea e a GNR, para um mandato com a duração de três anos. Nesse contexto, foi nomeado, como primeiro diretor da UPM, o Comodoro Pedro Miguel de Sousa Costa, tendo a cerimónia de tomada de posse ocorrido, em 9 de dezembro de 2019, no Gabinete do CEMGFA.

São órgãos da UPM, para além do diretor, os órgãos de conselho: o Conselho técnico-científico e o Conselho pedagógico, cuja composição é constituída por elementos nomeados pelos ramos e pela GNR, possuidores das devidas valências académicas que os habilitam para esse fim. A composição dos conselhos foi constituída por despacho do Comandante do IUM, de 9 de dezembro de 2019, tendo a primeira reunião ordinária ocorrido em 11 de dezembro de 2019, sendo elaborados os respetivos regimentos, que mereceram despacho de aprovação do Comandante do IUM em 12 de dezembro de 2019.

Concluídas as ações iniciais para o estabelecimento e operacionalização da UPM, começa agora o desafio de capacitação de todos os procedimentos necessários para creditação dos CFS como Curso Técnico Superior Profissional junto da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), que possibilite o início dos cursos no próximo ano letivo, de modo a atribuir, em 2022, os primeiros Diplomas de Técnico Superior Profissional, formando deste modo militares para ingresso na categoria de sargento mais bem preparados para a execução dos cargos cada vez mais exigentes aos diversos níveis organizacionais, num paradigma de adaptação constante à envolvente interna e externa em contante mudança.

Colaboração do DEPARTAMENTO POLITÉCNICO DA MARINHA DA UNIDADE POLITÉCNICA MILITAR

BAPTISMO DOS ESCRAVOS

Como já aqui anteriormente foi referido, uma das principais preocupações da Coroa, no que ao tráfico de escravos diz respeito, era o da sua catequização e baptismo, isto para além da óbvia cobrança de direitos.

O jesuíta Alonso de Sandoval, em carta escrita em 20 de Abril de 1616, referia ter feito tudo o que podia para que os “morenos” (subtil e frequente forma de dizer escravos) fossem bem catequizados, o que não conseguiu concretizar, questionando-se se porventura alguns deles não haviam sido baptizados mais de uma vez. Afigura-se de interesse divulgar o que este jesuíta deixou escrito fruto da recolha por ele efectuada, no decurso do séc. XVII, de variadíssimos testemunhos de padres, capitães de navios negreiros e mercadores de escravos, testemunhos esses que apontam para a existência de uma curiosa prática destinada unicamente ao cumprimento das instruções da Coroa.

Refere ele que na véspera da partida dos navios negreiros, de Luanda, os padres que os iriam baptizar faziam-nos sair dos armazéns onde estavam presos para não fugirem e juntavam-nos, acorrentados, nas igrejas ou nas praças, e após, nalguns casos, referirem os seus nomes, aspergiam-nos, com água com sal, findo o que lhes faziam uma prática, através de intérprete.

Pela sua curiosidade transcrevem-se partes de algumas das práticas referidas por aquele jesuíta em carta datada de 21 de Dezembro de 1622:

“Agora já sois filhos de Deus e vão seguir para terras espanholas onde aprendereis as coisas da Santa Fé, não deverão recordar-se das vossas terras, nem comer ratos, cães e cavalos. Deveis seguir para os vossos destinos de boa vontade”.

Numa outra referia-se que:

“A lei em que tendes vivido é ruim e nela seriam condenados, mas com o baptismo salvar-se-ão e irão para o Céu se morrerem”.

Os testemunhos referem ainda que, para além de não haver qualquer catequização, nem sequer lhes ser ensinado quem era Deus, as cerimónias eram feitas apressadamente, por causa do calor, nunca lhes sendo explicado sequer o significado das mesmas, as quais a maioria dos escravos acreditava tratar-se de actos de feitiçaria, enquanto outros nem se apercebiam do que lhes era dito, quer por não o ouvirem, quer ainda por não entenderem o dialecto que era utilizado pelo intérprete.

Tal prática não era exclusiva de Luanda, onde um dos capitães, na circunstância Gaspar de Carvalho, refere que nas 20 vezes que lá fora vira sempre o mesmo procedimento, havendo testemunhos de que o mesmo se processava igualmente em Cabo Verde, onde até, por vezes, era um soldado que aspergia a água com sal sobre os negros.

É igualmente referido que, quando o número de escravos era reduzido, estes seguiam sem sequer serem submetidos a este ou outro qualquer procedimento.

Os testemunhos, quer pelo seu número, quer pelo período de tempo abrangido, levam a crer não se tratar de uma prática episódica.



Cmdt. E. Gomes

Fonte: *Tractatus de Instauranda Aethiopiae Salute* por Alonso de Sandoval

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico

O CAFÉ

Em agosto de 1969 o 1TEN M José Manuel Velho da Silva Dias foi chamado ao Estado-Maior da Armada para lhe ser atribuída a missão de formar o Destacamento de Fuzileiros Especiais Nº 3 (DFE 3), com destino à Guiné. Convidou oficiais da sua confiança para o acompanharem: o GMAR M Joaquim Teles Ribeiro, como Imediato; o José Pedro Mesquita e Carmo e o autor destas letras (ambos do 14.º CFORN) como 3.º e 4.º Oficial, respetivamente.

A pressa em fazer partir o DFE 3 era tanta que não foi publicada em tempo a nossa promoção a STEN RN. Ao desembarcarmos da fragata NRP *Nuno Tristão* em Bissau, a 12 de outubro, o Comandante da Defesa Marítima da Guiné, COM M Luciano Bastos, ordenou que nos fossem entregues as divisas de STEN, proibindo-nos de andar com as de cadete.

Estivemos cerca de um mês em Bissau, à espera que chegasse todo o equipamento militar do Destacamento. Finalmente lá embarcamos na LDG NRP *Montante*, rumo a Ganturé, a maior base fluvial da Marinha na margem direita do rio Cacheu, onde chegámos a 15 de novembro e fomos recebidos pelo pessoal dos DFE 8 e DFE 13 e pelo Comandante Alpoim Calvão.

Pode-se dizer que Ganturé foi um espaço e um tempo que nos integrou no clima da guerra, tal era o ritmo de operacionalidade imposto; um clima pesado que nos irmanou nas dificuldades do dia a dia, nos perigos que daí advinham, nas carências, no calor, nos terríveis mosquitos, na alimentação deficiente, etc. Foi naquele ambiente fortemente militarizado que conhecemos a mítica península de Sambuíá, palco de grandes confrontos entre os Fuzileiros e os guerrilheiros do PAIGC.

Algo que nos penalizava bastante era não termos café, um bom café que nos ajudasse a enfrentar todas as contrariedades daquela situação. Havia um café solúvel que era difícil de tragar, mas era o que tínhamos... e desmoralizava bastante não haver um café digno de se beber.

Quando vim de férias pela primeira vez, uma das minhas preocupações foi regressar à Guiné com uma máquina de boa capacidade e café. Assim, para além da máquina – uma cafeteira italiana de alumínio, vulgar, que dava para fazer 10 ou 12 chávenas de cada vez, o esquema ideal para quem, como nós, dispunha de uma boca de gás – e de um pequeno moinho, consegui levar 5 kg de café na bagagem. Estávamos em Cacheu e, quando se soube que o DFE 3 tinha uma máquina de café, foi um corredinho dos oficiais e furriéis do Exército, com os quais nos dávamos bem, de modo que o café que levava do Continente durou pouco tempo.

Um dia, casualmente, descobri numa loja de libaneses, em Cacheu, várias arrobas de café de São Tomé, ensacado, que

estava por torrar. Um milagre difícil de explicar! Comprei todos os sacos e levei-os para o nosso aquartelamento. Chamei o cozinheiro, um balanta com grande estampa física que, para cozinhar bem, tinha de ter um garrafão de cinco litros de vinho ao lado e estar bem bebido, e dei-lhe ordens para ele torrar o café, com todo o cuidado, num pequeno forno que tínhamos para fazer pão. Depois de arruinar as primeiras fornadas, acertou no ponto da torra e passámos a ter café fantástico, torrado e moído no momento. Um luxo, naquelas circunstâncias e naquele ambiente!... Assim, no fim do jantar, em Cacheu, quando não estávamos no mato em operações, era costume o pessoal do Exército e dos Comandos vir aos Fuzileiros tomar café, beber *whisky* e tagarelar um pouco.



No final da comissão, quando regressámos a Bissau, fomos rendidos pelo DFE 4 comandado pelo 1º Tenente Ferreira Júnior, no qual estava o Ricardo Matias (também do 14.º CFORN), como 3º Oficial. Organizámos uma pequena e simbólica cerimónia de passagem de testemunho da máquina de café e respetivo moinho. Nessa cerimónia foi exaltado o alto valor militar daquele equipamento, capaz de operar milagres na motivação do pessoal, pelo que o DFE 4 passaria a ser o fiel depositário e responsável pelo seu bom uso.



Miguel Duarte Ferreira Carmo Soares
Oficial do 14º CFORN

Nota

Extraído do livro “Crónicas Intemporais – da Guerra e da Fraternidade”

A Água, a Saúde e a Adaptação

“A água adapta o seu curso de acordo com a natureza do terreno no qual corre; o soldado escolhe o caminho para a vitória adaptando-se ao inimigo que está a enfrentar. Logo tal como a água não tem forma constante, também as circunstâncias na guerra não são constantes.”

In Sun Tzu, a Arte da Guerra

Não posso deixar de acreditar que a Saúde Naval vai ter futuro. Contudo, existem desafios na Saúde Naval e na Saúde Militar, em que agora forçosamente a primeira se insere, que nunca foram realmente valorizados. Dei conta da desigualdade de carreiras dos profissionais de saúde, que derivam, entre outros fatores, da diferença cultural entre os ramos e da gestão que lhes é própria. Desse assunto, já gastei e conheço, não vou falar aqui hoje. Na verdade, a Reforma da Saúde obrigou os ramos a procurar entendimentos em temas e procedimentos sobre cuja natureza e missão estão separados, no caso da Marinha, por séculos de uma cultura diferente. Por outro lado, a Saúde Militar atual encontrou um meio (...a conjuntura global da saúde civil) absolutamente diferente e, até certo ponto, hostil.

Assim, apesar de alguns não se terem apercebido, ou não valorizarem, houve em Portugal um fenómeno sem par. Passámos, em poucos anos, de uma medicina privada de pequenos consultórios e de instituições privadas de pequenas dimensões, para o facto indismutável de que em Lisboa já existem mais camas de hospital no setor privado do que no público e que, claramente, o desenvolvimento técnico passou também para o setor privado – agora nas mãos de grupos económicos de grande dimensão e alcance económico (e até político), que procuram o retorno dos seus investimentos e conseqüente lucro. Contudo, a população portuguesa não está a aumentar, logo os clientes alvo para o setor público e para o setor privado são os mesmos e são limitados. Parece até lógico aceitar o que tem acontecido: algum desinvestimento no setor público, que seria naturalmente complementado pelo privado...

Estranhamente, os defensores da teoria anterior não parecem ter tido em conta um facto importantíssimo. A verdade é que a maior parte dos portugueses não tem capacidade económica para suportar a medicina privada e os valores pagos pelos seguros, em regra, não cobrem situações graves e prolongadas. Ressurgiu assim a presença, milagrosa e salvadora, dos subsistemas de saúde (ADSE, ADM, etc.). Esses subsistemas de saúde, que chegaram a ser considerados inconstitucionais, pois dividiam os portugueses entre dois grupos (os que os tinham e os outros...), ao mesmo tempo que faziam concorrência aos seguros, passaram a ser muito valorizados, já que permitiam um afluxo de doentes constante e em grande número às instituições privadas. Criou-se, deste modo, uma singularidade portuguesa, que permite aos privados serem subvencionados, ainda que indiretamente, pelo Estado.

Neste contexto, surge a Reforma da Saúde Militar e o Hospital das

Forças Armadas, entidade que está longe de estar sedimentada. A Reforma da Saúde Militar, além de culturalmente ter a oposição dos ramos (...pelo menos daqueles cujos hospitais fecharam), luta por achar uma harmonia com este contexto privado, mais atrativo, já que os militares podem sempre recorrer ao setor privado (embora com as limitações expostas em escrito anterior). Um observador, conhecedor e atento, poderia até acreditar que as dificuldades estruturais e económicas do Hospital das Forças Armadas poderiam ser menos valorizadas, pois (como me explicou um civil interessado) “...seria mais barato alargar as convenções...”



Na verdade, existem na Europa outros modelos de Saúde Militar, até em países economicamente mais desenvolvidos. A maior parte destes sistemas assenta em modelos mistos, em que se fizeram protocolos com o Serviço Público, ou mesmo com o Serviço Privado, em áreas como a medicina assistencial (hospitalar). Estes protocolos permitem aos Médicos Militares uma evolução técnica atualmente impossível no meio exclusivamente militar e aos doentes a garantia de um tratamento atempado e tecnicamente evoluído. Ora, como Sun Tzu avisa no texto acima a propósito da água, talvez seja tempo de procurar outras alternativas. Outros já o fizeram e não estão disso envergonhados... Aceitando que estamos muito à frente para voltar para trás (a reativação do velho modelo dos ramos com hospitais próprios), tornando a fusão irreversível, o protocolo com um Grupo Hospitalar público ou privado faria sentido, na conjuntura atual da saúde portuguesa... Seria uma adequada adaptação, atitude fundamental na vida e na guerra...

Precisa-se no presente de uma atitude revolucionária, que asseguraria a sobrevivência da Saúde Militar. Já se provou, neste campo e noutros, que viver numa trincheira só promove as guerras internas e a incompreensão política e económica. Estou no mínimo certo que Sun Tzu nunca citaria tal exemplo de má adaptação, como o que agora tem acontecido com a Saúde Militar.



Doc

FRIEIRA

Mãos frias, coração quente. Todos nós já ouvimos este provérbio mas quem sofre de frieiras, cujo nome científico é eritema pérmio ou perniose, sabe bem que o estado das suas mãos não equivale ao estado do seu enamoramento. Este é um problema comum, particularmente no inverno, que se caracteriza por lesões cutâneas induzidas pelo frio que limitam muito a vida dos doentes mas que, com os cuidados certos, podem ser prevenidas e minimizadas.

O QUE SÃO FRIEIRAS?

As frieiras correspondem a uma doença inflamatória da pele desencadeada pela exposição ao frio e que atingem, sobretudo, as extremidades do corpo, como os dedos das mãos ou dos pés, nariz e orelhas (apesar de pouco frequente, também podem estar presente nos joelhos, cotovelos e pernas). São muito comuns na população, principalmente em mulheres, e podem surgir em qualquer idade ou raça.

COMO SURGEM AS FRIEIRAS?

Considera-se que as frieiras se devam a uma reação desadequada do organismo ao frio. Quando o nosso corpo é exposto ao frio é fisiológico haver contração dos pequenos vasos sanguíneos superficiais da pele (o corpo pretende evitar desperdício de calor para o exterior). Quando a temperatura ambiente sobe, esses vasos voltam a dilatar-se, mas muito gradualmente, pois pretende-se um retorno progressivo do fluxo sanguíneo. Mas se a temperatura ambiente se mantiver baixa e a exposição ao frio se prolongar além dos 10 minutos, o corpo tem a capacidade de interromper a vasoconstrição e fazer períodos de vasodilatação, de forma cíclica, para prevenir lesões dos tecidos.

A causa exata de haver pessoas que sofrem de frieiras está ainda por determinar. Uma teoria aponta para estas pessoas terem maior sensibilidade ao frio, logo terem uma vasoconstrição muito maior, o que causaria lesões cutâneas por falta de irrigação sanguínea nas extremidades do corpo. Outra teoria refere que nestes doentes a recuperação da temperatura da pele provocada pela vasodilatação é rápida demais, o que levaria a um congestionamento da circulação sanguínea e consequente extravasão de plasma para os tecidos envolventes, provocando inflamação dos mesmos. Por fim, uma terceira teoria que levanta a hipótese de haver uma falha no sistema de equilíbrio vasoconstrição/vasodilatação e, como tal, se o doente permanecer mais de 10 minutos em ambiente frio, o organismo não fará vasodilatação, logo as extremidades do doente permanecerão sem irrigação sanguínea por demasiado tempo.

FATORES DE RISCO

Apontam-se como fatores que podem contribuir para o aparecimento de frieiras os seguintes: lavar muitas vezes as mãos com água fria ou manter as mãos muito tempo mergulhadas em água fria/gelo/produtos congelados; sofrer diferenças de temperatura acentuadas num curto espaço de tempo; residir em climas frios e ventosos; usar vestuário insuficiente ou demasiado justo nos membros; ter baixo peso corporal; ser fumador; consumir bebidas alcoólicas. Também ter história familiar de frieiras ou história pessoal de diabetes *mellitus*, doenças circulatórias ou reumáticas aumenta o risco de frieiras, e suas complicações.

MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS

O aparecimento de frieiras é associado a uma sensação de profundo desconforto. As zonas atingidas apresentam-se com coloração variável entre o branco, vermelho ou mesmo violácea, edema-



ciadas (inchadas), dolorosas, com prurido (comichão), fissuras e, por vezes, em estados mais graves, com bolhas e úlceras. As frieiras surgem em cada pessoa com graus de intensidade variáveis e costumam ser recorrentes.

DIAGNÓSTICO

As frieiras podem ser primárias (sem causa conhecida) ou secundárias (são um sinal de outra doença subjacente) pelo que o diagnóstico é realizado através da história clínica e da observação das lesões cutâneas, mas sempre após se terem excluído causas autoimunes, neoplásicas ou hematológicas.

TRATAMENTO

Esta doença tem habitualmente uma cura espontânea em 15 dias, sem deixar sequelas, contudo é preciso estar alerta para complicações graves que podem surgir, tais como infeção e morte dos tecidos, sendo crucial a ida a uma consulta médica nestas situações.

As medidas terapêuticas recomendadas nos casos ligeiros são as mesmas medidas que devem ser adotadas para prevenção das frieiras: manter a pele afetada seca e quente (manter a casa aquecida; usar peças de roupa em lã; evitar o uso continuado de água e detergentes; calçar luvas antes de sair para o exterior; optar por calçado largo), nunca colocar a pele em contacto direto com fontes de calor (aquecedor, lareira, água muito quente) e fazer massagens com movimentos suaves, mas sem coçar nem esfregar (de preferência com recurso a um creme hidratante para aliviar o prurido). Devem evitar-se oscilações extremas de temperatura ambiente, fumar e consumir bebidas alcoólicas. Deve privilegiar-se o uso de água morna nas tarefas quotidianas e ingerir mais de 1,5 L/dia para manter hidratação corporal. O exercício físico também é benéfico.

Nos casos em que há fissuras ou úlceras na pele deve ser assegurada uma boa desinfecção da zona e colocada uma ligadura, sem apertar demasiado, para evitar infeções. Nos casos recorrentes (há pessoas que só curam as lesões no verão, recidivando a cada inverno), ou quando as medidas gerais não resolvem o problema, o médico assistente pode ponderar medicação oral com um vasodilatador (nifedipina até 20 mg/3x dia).



Ana Cristina Pratas
1TEN MN

www.facebook.com/participanosaudeparatodos



QUALIDADE • KNOW-HOW • SEGURANÇA



DESPORTO

NATAÇÃO – TORNEIO DA MARINHA

Realizou-se em 29 de outubro, na piscina nº 1 do CEFA, o Torneio da Marinha de Natação. Esta competição, que se encontrava calendarizada como Campeonato da Marinha de Natação, passou a Torneio da Marinha pelo facto de não se ter verificado a participação de pelo menos 3 agrupamentos com participantes em pelo menos 3 provas individuais e uma estafeta, em pelo menos um escalão, conforme estipulado no PEFORM 3 (A). Neste evento participaram 48 nadadores, 40 masculinos e 8 femininos, distribuídos pelos 5 agrupamentos: BNL (18); EN (18); CF (10); ETNA (1); UAICM (1).

As provas constantes neste torneio foram as seguintes: 400 m livres, 100 m livres, 50 m costas, 50 m bruços, 50 m mariposa e estafeta 4x50 m livres.

Os nadadores melhor classificados, em cada uma das provas individuais disputadas, foram os seguintes:

Classificação – 400m Livres – I Escalão masculino			
Classif.	Identificação	Agrupamento	Tempo
1º	9600219 CAD FZ Ventura	CF	05:05,01
2º	21717 CAD M Torre Oliveira	EN	05:07,38
3º	9806919 2GR FZ Venâncio	CF	05:08,36

Classificação – 400m Livres – II Escalão masculino			
Classif.	Identificação	Agrupamento	Tempo
1º	32000109 GUARDA 2ª CL Leiria Carneiro	BNL	05:50,28
2º	227501 1SAR R Soares Oliveira	BNL	06:27,18
3º	11021809 ASS TEC Desenho Carvalho José	BNL	06:41,37

Classificação – 400m Livres – I Escalão Feminino			
Classif.	Identificação	Agrupamento	Tempo
1º	9101018 ASPOF TN (ENF) Ana Gervásio	CF	05:52,38

Classificação – 100m Livres – I Escalão masculino			
Classif.	Identificação	Agrupamento	Tempo
1º	9600219 CAD FZ Ventura	CF	01:00,02
2º	20818 CAD EN-MEC McCulloch Marques	EN	01:01,22
3º	9800417 1GR FZ Fonseca	CF	01:01,39

Classificação – 100m Livres – II Escalão Masculino			
Classif.	Identificação	Agrupamento	Tempo
1º	32000109 GUARDA 2ª CL Leiria Carneiro	BNL	01:08,97
2º	STEN TS Sousa Boulhosa	UAICM	01:12,94
3º	227501 1SAR R Soares Oliveira	BNL	01:17,58



Classificação – 100m Livres – I Escalão Feminino			
Classif.	Identificação	Agrupamento	Tempo
1º	9101018 ASPOF TN (ENF) Ana Gervásio	CF	01:11,06
2º	CAD MN Ana Martins	EN	01:11,32
3º	CAD M Joana Moura	EN	01:27,48

Classificação – 50m Costas – II Escalão Masculino			
Classif.	Identificação	Agrupamento	Tempo
1º	9351403 1SAR C Mira Tardão	ETNA	00:38,34
2º	421293 1SAR E Alves Figueiredo	EN	00:47,89
3º	11021809 ASS TEC DESENHO Carvalho José	BNL	00:51,84

Classificação – 50m Costas – I Escalão Feminino			
Classif.	Identificação	Agrupamento	Tempo
1º	25318 CAD EN-AEL Matilde Vieira	EN	00:35,44

Classificação – 50m Mariposa – I Escalão masculino			
Classif.	Identificação	Agrupamento	Tempo
1º	9606919 CAD FZ Ventura	CF	00:27,01
2º	9808017 1GR FZ Branco	CF	00:29,67
3º	24717 CAD M Sampaio Torgal	EN	00:30,94

Classificação – 50m Mariposa – II Escalão masculino			
Classif.	Identificação	Agrupamento	Tempo
1º	9351403 1SAR C Mira Tardão	ETNA	00:34,77
2º	421293 1SAR E Alves Figueiredo	EN	00:44,63

Classificação – 50m Mariposa – Escalão Feminino			
Classif.	Identificação	Agrupamento	Tempo
1º	25318 CAD EN-AEL Matilde Vieira	EN	00:35,78
2º	9101018 ASPOF TN (ENF) Ana Gervásio	CF	00:33,57

MARCHA MILITAR – TORNEIO ABERTO

Realizou-se no dia 31 de outubro, com organização do Serviço de Educação Física do Corpo de Fuzileiros, mais uma edição do Torneio Aberto de Marcha Militar. Este evento teve lugar na Lagoa de Albufeira, num percurso de 15 Km realizado no areal da praia.

Realizaram esta Marcha Militar 192 participantes, distribuídos por 24 equipas: EN (4); EF (4); BF1 (3); BF2 (6); DAE (1); CF-DGR (1); CF-DAG (1); MIFES * (1); ESS-DMS (1); PSP (1); RSB LISBOA (1).

As 3 equipas melhor classificadas:

Classificação			
Classif.	Identificação Chefe de Equipa	Unidade	Tempo
1º	AGENTE PRINCIPAL Celso Guerra	PSP	01:47,57
2º	CAD FZ Gomes Parreira	EN	01:48,28
3º	CTEN FZ Philipe Dias	CF DAE	01:49,14



O troféu referente à Unidade vencedora foi atribuído à EN, com um tempo acumulado de 05:57,19 (somatório dos 3 melhores tempos).

Nota: * Equipa constituída por elementos femininos de diversas Unidades.



Colaboração do CEFA

QUARTO DE FOLGA

JOGUEMOS O BRIDGE

Problema nº 230

NORTE (N)				SUL (S)			
♠	♥	♦	♣	♠	♥	♦	♣
10	7	A	A	A	R	8	9
9	5	R	5	R	3	5	
8	4	6		D	2	4	
		3		V	7		
		2		V	7		

OESTE (W)				ESTE (E)			
♠	♥	♦	♣	♠	♥	♦	♣
5	A	10	R	6	D	D	7
3	9		D	V	V	6	
2	8	V		10	9	4	
	6	10		7	3		
		8			2		

GRAU DE DIFICULDADE – MÉDIO CARECENDO DE ATENÇÃO

E-W vuln. S joga 4♣ e recebe a saída a ♣R. Analise com atenção as 4 mãos e encontre a linha de jogo que S deve seguir para cumprir o seu contrato.

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 230

Analizando as 4 mãos verificamos que estando o ♠A mal colocado temos 4 perdeses (3♠+1♦), havendo que encontrar a forma de eliminar uma delas. Vejamos então como 5 vai conseguir: deixa fazer o R♣ e W insiste no naipe com a D; faz de A e balda o ♠ e segue com trunfo para a mão; ♦ para o R do morto para tentar apurar o naipe e baldar ♠; e se W cortar e jogar trunfo pode jogar R e baldar uma ♠; outro ♦ para cortar alto e apurar o S, tendo ainda uma entrada no morto para baldar mais uma ♠ no apurado, dando apenas 3 vezes (R♣+♦+♦) para cortar alto; volta ao morto em trunfo para destruir e cortar o 4♠ (igualmente alto para preservar a entrada no morto), ficando com o 5♠ e apurado para baldar uma ♠; reduzindo assim as perdeses a 3 (R♣+2♦). Repare que se S fizer o A na 1ª vez a seguir de outro ♦ e balda de um ♦, não haverá perigo da mão ficar em ♠ para o ataque mortal a ♠, sendo o desenvolvimento o mesmo.

Nunes Marques
CALM AN

GO NAVY!

Passatempo nº 12



MILITARY AND NAVAL TERMINOLOGY, EXPRESSIONS, ACRONYMS AND ABBREVIATIONS

Word Search – NRP Sagres

- BARCA
- VELAS
- MEZENA
- FIGURA DE PROA
- NAVEGADOR
- MASTRO

A	B	R	T	R	A	B	R	A	Q	U	E
E	C	A	O	G	R	L	A	E	S	A	I
K	N	I	M	T	T	O	W	S	S	I	S
E	T	D	B	A	A	W	I	S	A	T	A
M	S	I	M	J	K	G	N	T	L	G	I
I	A	V	E	I	O	I	I	R	S	I	L
Z	M	E	T	E	Z	E	I	V	A	V	S
E	T	R	O	L	M	Z	S	C	A	O	E
M	E	B	A	R	Q	U	E	S	Y	N	P
I	R	E	A	C	O	Z	A	N	V	Y	E
L	A	R	M	Y	U	Q	S	T	E	U	R
D	A	E	H	E	R	U	G	I	F	A	I

SOLUÇÕES: PASSATEMPO Nº 11

A	B	S	T	R	A	C	T	M	E	M	M
E	C	A	I	G	R	L	A	E	S	A	I
K	N	I	M	R	T	O	W	S	S	C	I
E	G	D	B	A	I	W	I	S	R	T	E
E	H	I	U	J	K	N	T	U	W	S	
N	U	V	E	R	O	I	D	R	K	O	W
A	S	E	T	E	A	E	I	O	A	E	E
D	I	R	O	L	M	N	S	C	D	D	E
R	E	F	U	E	I	L	C	S	Y	X	P
I	D	E	A	C	O	Z	A	E	V	Y	E
L	A	R	M	Y	U	Q	S	T	E	U	R
F	H	S	I	N	E	L	P	E	R	A	I

Estela Magalhães Parreira
CTEN ST-ELING

SUDOKU

Problema nº 62

FÁCIL

9								
						2	3	
	5							8
4		2		3		9	7	
		9			6	8	1	
3								
7	1				2		6	
			8					
6		5	9					7

DIFÍCIL

			3		5	7	6	
		6			2		1	4
	1		7		6			9
8		9	5					
					1	2		5
3			2		8			5
9	2		6			8		
8	5	1		7				

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 62

FÁCIL

2	7	8	1	7	6	9	3	9
5	3	1	7	9	8	7	2	2
6	9	7	2	3	5	8	1	7
7	5	5	8	6	1	7	6	3
1	1	3	3	9	7	7	2	5
7	7	9	6	2	1	2	8	7
8	7	3	5	2	2	7	7	6
8	7	7	7	9	3	5	1	5
3	2	6	7	1	7	6	8	7
9	5	1	8	4	6	7	5	1

DIFÍCIL

2	7	6	7	3	1	5	8	9
7	3	8	7	5	9	1	2	6
5	6	2	1	9	8	7	4	3
9	5	1	8	2	6	7	4	3
7	5	2	2	7	1	3	8	7
1	3	8	7	9	7	4	7	2
7	7	9	6	2	7	2	5	6
8	7	3	5	2	2	7	7	8
8	7	7	7	9	3	5	1	5
3	2	6	7	1	7	6	8	7
9	5	1	8	4	6	7	5	1

NOTÍCIAS PESSOAIS

NOMEAÇÕES

• COM Miguel Nuno Pereira Machado da Silva, Comandante da Zona Marítima dos Açores • CFR M Jorge Manuel Lourenço Gorricha, Diretor do CINAV • 1TEN FZ Fernando Manuel de Sousa da Conceição Batista, Comandante da Força de Fuzileiros Nº 3.

RESERVA

• CFR SEE Cândido José Simões • CFR SEE Manuel de Oliveira dos Santos • CFR SEM Carlos Manuel Moleiro Oliveira • CTEN STH Joaquim Fernando Torga Dionísio • 2TEN TS Joaquim Marques Machado • SMOR C Sudhir Kumar Aracchande • SMOR R José Francisco Cavaco dos Santos • SMOR FZ Henrique Manuel Godinho Damásio • SMOR ETI Rogério Manuel da Mota dos Reis • SMOR ETS António José Cosme Mendonça • SMOR U Rui Paulo Branco Santa Bárbara Teixeira • SMOR C João Manuel Silva Cardoso Mendes • SMOR M Manuel Fernando Pereira Salgado • SMOR H Joaquim Manuel Silva • SMOR ETI Prodêncio Lopes Ferreira • SCH H Paulo Jorge Rodrigues Pedrosa • SCH TF Jorge Manuel Pedro Prata • SCH FZ Carlos Fernando Bicho Rodrigues Beja • SCH H Paulo Jorge Rodrigues Pedrosa • SAJ L António Jorge Provisor Santos • SAJ L José Manuel Rodrigues da Costa • SAJ MQ José Manuel de Barros Silvestre • SAJ M Ermindo Augusto Gomes • CMOR FZ

José Augusto Chaves Matela • CMOR L Joaquim Manuel Marques Varela • CMOR L José Manuel Batista Matias • CMOR CCT Rui Luís Correia Simões Carinhas • CMOR FZ António Fernando dos Santos Vicente Serrão • CMOR FZ José Carlos Andrade Parracho • CMOR T Joaquim Domingos Cruz da Silva • CMOR CM Paulo Jorge Carvalheiro de Sousa • CMOR CRO Alexandre Manuel Torres Vitorino.

FALECIDOS

• 81552 CMG AN REF António Vieira Nunes • 1359 CTEN EMQ REF Mário Abrantes Rodrigues de Almeida • 311653 1TEN OTT REF Florêncio Grijo • 304550 SMOR MQ REF Leonel de Sousa Gomes • 532558 SMOR H REF Énio José Gaspar • 157567 SMOR TRI REF Álvaro de Almeida Alves • 675861 SCH O REF Manuel Serafim Viagas • 702861 SCH TRC REF Albano Cavaleiro Ângelo • 312453 SAJ R REF José Ferreira Barbosa • 475257 SAJ CM REF Joaquim Airoso Amador • 159470 SAJ TRC REF José Luís Esteves Pedro • 989463 1SAR TF REF João Figueiredo Oliveira • 9353694 1SAR ETA ATI João Paulo Guerra Antunes • 220249 CAB AUX REF Altino Figueiredo • 624055 CAB M REF João Luís Fernandes • 89176 CAB FZ REF Isidoro Trindade Caldeira • 406083 CAB E RES Joaquim António Pereira Maltinha • 293869 1MAR FZ DFA REF Manuel Armando Gonçalves • 34003455 CABPONTE APO QPMM Augusto Luís Camarão • 36000485 FAROLSUBCHEFE APO QPMM Mário Correia Ramos.

CONVÍVIOS

NRP *CORTE-REAL* – VISITA DA 2ª GUARNIÇÃO

No passado dia 30 de novembro o NRP *Corte-Real* recebeu a bordo a visita da sua segunda guarnição.

Entre os presentes contaram-se o antigo Comandante do navio, ALM Melo Gomes, o Oficial Imediato, VALM Pereira da Cunha e o Chefe do Departamento de Logística, CALM Gonçalves Covita.

Os elementos da segunda guarnição foram recebidos a bordo pelo Comandante do NRP *Corte-Real*, CFR Coelho Gomes. A visita iniciou-se no hangar com uma apresentação sobre o navio e visualização de uma seleção de fotos da segunda guarnição, seguindo-se um périplo pelo centro de comando do navio e pelos compartimentos de bordo. A visita culminou com um breve convívio na câmara de oficiais, a assinatura do Livro de Honra e um brinde ao passado e ao futuro do NRP *Corte-Real*!



FUZOS – JANTAR DE NATAL

Realizou-se no dia 7 de dezembro, em Vila Nova de Gaia, o almoço de Natal da Fuzos – Associação de Fuzileiros. O encontro decorreu em ambiente de amizade e sã camaradagem.



AVISOS

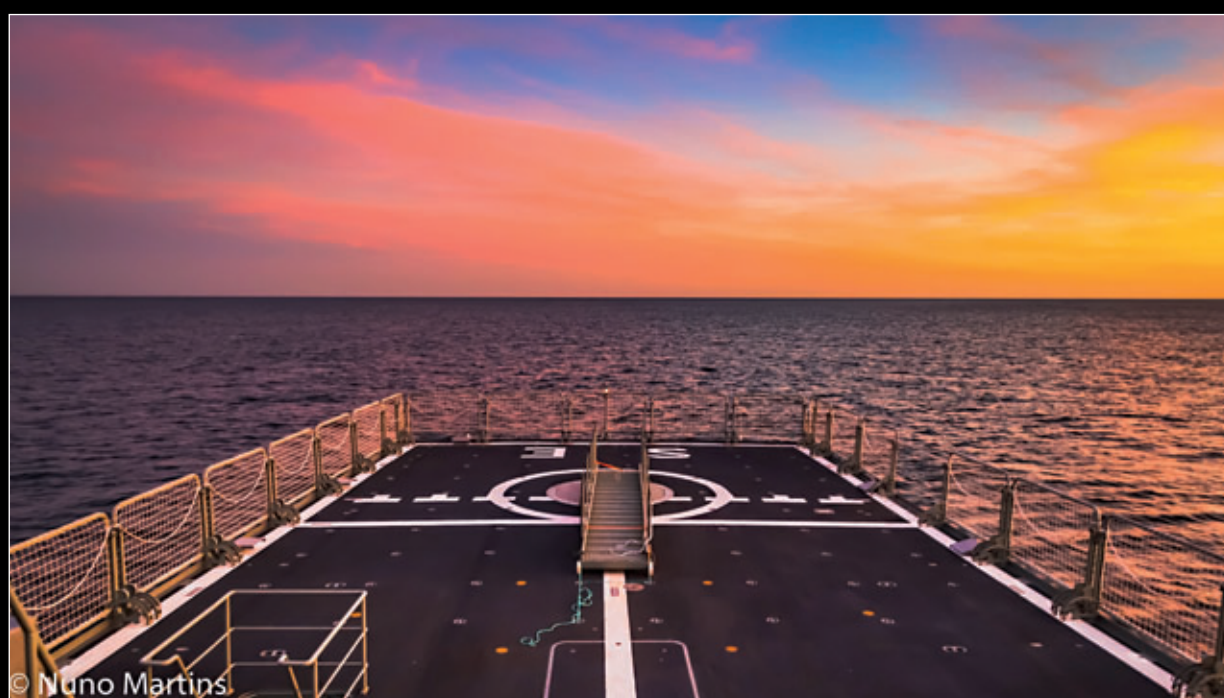
Com o objetivo de se realizar um encontro, pede-se aos **“Filhos da Escola” de novembro de 1955** que contactem com SMOR FZ Egas Soares TLM 968030042.

RECRUTAMENTO DE ABRIL DE 1964

Os “Filhos da Escola” de abril/64 vão realizar no dia **4 de abril**, na Quinta do Paul – Restaurante *Saloon*, em Paul, Ortigosa, Leiria, o almoço-convívio para comemorar o 56º aniversário de incorporação na Armada. As inscrições deverão ser efetuadas até **28 de março**, para: José Gomes TLM 963 018 181, Romão Durão TLM 966 236 364, José Gíão TLM 919 782 176.

CONCURSO DE FOTOGRAFIA

Lancha de desembarque em Timor (1974)
Foto CALM Leiria Pinto



© Nuno Martins

NRP Setúbal fundeado em Sesimbra
Foto CAB CRO Silva Martins

NAUS de PEDRA em LISBOA



Situada na:

Rua da Costa, 130

junto à Tapada das Necessidades

